

I.

ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DO BRASIL—1952

1.—A GEOPOLÍTICA, A ESTRATÉGIA E A POLÍTICA

a. O UNIVERSO EM MUTAÇÃO

NUNCA SERÁ demais repetir, por certo—e principalmente ao abordar tema ainda tão aberto às discussões filosóficas e ao entrechocar de idéias e de paixões—, que vivemos, nos dias que passam, uma hora dramática da Humanidade, com a transmutação radical e repentina de todos os valores e conceitos tradicionais. Já o anunciara Nietzsche, há mais de meio século, pela boca profética de seu Zarathustra, embora não pudesse, em sua visão genial, nem de longe prever seja o alcance e a amplitude, seja o módulo acelerado dessa revolução total em que se debate, angustiado e como que perdido, o espírito humano.

Não falemos da profunda transformação conceitual que abalou, até os alicerces, o imponente e secular edifício das ciências positivas, desde a Teoria dos Números e a Geometria à Astro-nomia e à Física—a descontinuidade surpreendentemente invadindo a matéria, o tempo e o espaço destituídos de seu papel de categorias lógicas absolutas e integrando, indiferenciados, um só espaço curvo quadridimensional, a indeterminação e a incerteza erigidas em princípios, as leis abandonando a velha pretensão de traduzirem a constância na variedade e se limitando a definir apenas o sentido de probabilidades crescentes, o infinito matemático se desdobrando na aritmética estranha e paradoxal dos transfinitos, a comodidade reconhecida como critério final, pragmático, da verdade científica, e a intuição criadora sobrepondo-se à lógica na descoberta, senão construção, do Universo.

Nem tampouco, penetrando no domínio das ciências biológicas, apreciemos o dinamismo renovador que por aí vai, esbatendo os limites rígidos e rebaixando as diferenças entre raças, entre sexos, entre saúde e enfermidade, entre o normal e o monstruoso, entre a loucura e a lucidez, entre animais e vegetais, entre a alma e o corpo, entre a matéria inerte e a matéria viva, assombrando o homem pela potencialidade insuspeita dos caracteres genéticos recessivos ou pelas aspirações e tendências contra-

ditórias e inconstantes, comprimem nesse mundo insuspeito e bárbaro do individual.

Deixamos de buscar solução à velha querela dos “universais” na essência e na afirmação única do existencial, e ao sustento angústia do agnosticismo que o comprime e sufoca, na afirmação de um primado indiscutível e trágico da ação sobre o pensamento, do temperamento sobre a razão, do indefinido sobre o definido, do irracional sobre o lógico, do temporal sobre o eterno.

Também não nos detemos a apreciar o cataclismo que ora desaba sobre o mundo das transposições, intermediário entre a realidade e o mundo da estética—e onde, confundindo os valores antigos e novos, consagrados, buscando superá-los mediante uma completa humanização e até mesmo desmaterialização da beleza, se busca a harmonia natural e anônima das coisas para reconstituir novas combinações imprevisitas e extravagantes de símbolos. Na perspectiva irreal, o artista moderno adota novas e novas ordenações das formas e das cores, dos sons, das massas e dos espaços, ansiando por traduzir agora em linguagem cada vez mais plástica, e por vezes sibilina, os eternos “invariantes plásticos”.

E limitamos apenas, a considerar, na vida vegetativa e racional, as relações, dos povos e dos Estados, como a velha estrutura social, sobre a qual a Humanidade construiu, a dura e dura filosofia otimista e uma lógica inteligível da vida, se a vida toda e desmorona ao embate incessante de novas forças e interesses. Daí o brado emocionante de Paul Valéry: “As civilizações, agora sabemos que também somos mortais”.

De fato, o direito de cada nação, as veneráveis fórmulas jurídicas de sua inanidade e insuficiência ante essa tumultuosa “revolução vertical dos bárbaros” que, como bem assinala Ortega y Gasset, é o sintoma mais relevante da acelerada mobilidade social dos dias que correm; o direito do indivíduo, buscando e buscando mais além das simples e reconhecidamente vãs liberdades individuais, desde logo entra em choque não apenas com os interesses consolidados de grupos vários que dividem entre si a liderança, mas principalmente com as responsabilidades acrescentadas do Estado, levado este também, para alcançar real eficiência, a múltiplas e interdependentes atividades, a ampliar cada vez mais a esfera e o rigor de seu controle sobre uma sociedade cada vez mais e desiludida do liberalismo fisiocrático de suas épocas. A solidariedade do cidadão ao organismo nacional a que pertence, por seu nascimento e pela sua formação cultural, que é um fato, o nascimento, se vê desgarrada por dependências várias e por interesses diversos, de denominações diferentes, maio-

res estes, mais restritos aqueles, nem sempre exclusivos uns aos outros, dos quais não lhe é dado em todo o caso alienar-se e cujos interesses e fins frequentemente divergem, quando não se demonstram antagônicos; o que seja a justiça social é ainda uma incógnita a determinar; a liberdade da imprensa e a liberdade da palavra põem em equação o problema transcendental de até onde permitir que o poder das idéias, sabiamente manipulado, possa servir de trampolim às idéias de poder; e qual seja a anatomia desse poder pelo qual se luta, se fazem sacrifícios inglórios e se sucumbe muitas vezes, e se há, na verdade, uma ética do poder, são questões que desafiam ainda os mais argutos pensadores, desde Sorel, o apóstolo da violência, até Bertrand Russell, o pregador do evangelho liberal.

Sem dúvida, ou a Democracia se renova e avigora ou irá sucumbir, exangue de forças e de vontade, nos braços ásperos do cesarismo.

Nessa flutuação de correntes e contracorrentes em que oscilam, ameaçados, os quadros estruturais das sociedades modernas, todos os limites antes bem definidos entre conceitos fundamentais e entre categorias jurídicas e sociais se esbatem e se indeterminam em faixas difusas de marginalidade; as contradições, ao revés, antes difusas e apagadas, aos poucos se individualizam melhor e acabam por polarizar-se, tal como os cromossomos na mitose celular, gerando tensões internas que mais e mais se avolumam até que, por um impulso dialético, se produza afinal a síntese libertadora que inaugurará novo ciclo de evolução. Conceção esta que se não pode tachar de laivos de materialismo marxista, quando se sabe que tal filho espúrio do idealismo hegeliano apenas conservou deste a dinâmica do processo dialético como arma revolucionária de transformação do mundo, para ao cabo sufocá-la na inércia paradoxal de um milênio paradisiacamente estático—a sociedade sem classes e sem contradições, dialeticamente morta.

O símbolo de nossa era é bem o símbolo da integração, processo solucionador por excelência de todos os antagonismos e que melhor convém ao espírito faustiano do homem moderno, inimigo de todas as limitações.

Ora, é no campo das relações internacionais onde melhor sobressai a subversão cósmica de valores e de conceitos que ora nos condena a total aniquilamento, se não souber a Humanidade resolver a tempo as contradições profundas que aquela subversão por si mesma denuncia.

Francamente, não entendemos como—e a menos que busque, por um mecanismo subconsciente de compensação, enganar-se a si mesmo e à angústia da instabilidade a que deseja fugir—possa alguém acreditar hoje nos velhos sonhos de uma paz mundial estável, fundada—e ainda mais para os nossos dias ou os dias de

nossos filhos—na justiça internacional, na intangível liberdade das nações, reconhecida e respeitada por todos, e nesse princípio, tão lógico, tão moral, mas não menos irreal, da autodeterminação e absoluta soberania dos povos, o qual, nem por não se poder nele confiar, de forma alguma, importa que se deixe de usá-lo e defendê-lo a todo custo como argumento único, que é, dos fracos contra os fortes. Os ideal da “renúncia à guerra como instrumento da política”, proclamado ingenuamente no Pacto Briand-Kellogg, ainda em meio ao interregno eufórico que apenas separou as duas maiores guerras que já convulsionaram o mundo, viu-se inteiramente ultrapassado pela realidade indiscutível dos fatos. A Liga das Nações nascera já moribunda, triste aborto de um grande idealismo utópico, e a O.N.U. e seu estranho sistema de paternalismo político, por mais que se lhe reconheçam os méritos e as realizações no setor da cultura e da assistência técnica, serviu apenas para criar, à luz meridiana, um palco incruento onde se digladiam tenazmente nações inimigas e irreconciliáveis e onde ressoam as tensões violentas que dissociam o mundo de nossos dias.

Enquanto se multiplicam, assim, os sistemas de paz, os compromissos e os acordos que só servem, como já se disse, para evitar as guerras que, sem eles, nunca viriam mesmo a ocorrer, uma nova filosofia do poder estatal, mais cruamente realista, mais sincera segundo uns, mais cínica na opinião de outros, pondo de lado os idealismos já gastos e as fórmulas racionalizantes já de todo caducas, submerge o universo inteiro em sua energia trepidante. E não é por simples acaso que dois espíritos tão fundamentalmente antagônicos como o de Spengler e o de Toynbee vislumbram ambos—com absoluta certeza o primeiro e embora com uns ressaibos de dúvida esperançada e otimista, o segundo—, no futuro que de nós se avizinha, a sombra do grande Império Universal em que se aniquilará, por fim, a civilização ocidental.

Os progressos surpreendentes da técnica e a industrialização acelerada rompem, pela continuidade do ar e pela permeabilidade do éter, a escala de todas as compartimentações espaciais, em que se educara o espírito moderno. Abre-se a era da história continental que Ratzel predissera. Os países fortes tornam-se cada vez mais fortes e os fracos, dia a dia, mais fracos; as pequenas nações se vêem, da noite para o dia, reduzidas à condição humilde de Estados pigmeus e já se lhes profetiza abertamente um fim obscuro, sob a capa de iniludíveis integrações regionais; a equação de poder do mundo simplifica-se a um reduzido número de termos, e nela se chegam a perceber desde já apenas raras constelações feudais de estados-barões rodeados de satélites e vassalos. Propala-se o monopólio eterno dos atuais Grandes e tal ousadia, como a *hybris* dos heróis gregos, só poderá vir a despertar, afinal, as cóleras de Nêmesis.

E, num mundo em que as distâncias dia a dia mínguam, em que os continentes viram ilhas ou penínsulas, os mares tornam-se apenas lagos e os oceanos se confundem todos em um único mar universal, em que todas as barreiras físicas, desde as águas e as montanhas até as florestas, os pantanais e os desertos de areia ou de gelo, vão perdendo sua histórica significação de obstáculos intransponíveis—a vida de relação dos Estados, pela interdependência acrescida com que a estes vincula, sobrepõe-se à sua vida própria, individual, vegetativa, como a comprimi-la e asfixiá-la em fôrmas cada vez mais estreitas e menos elásticas.

A estrutura íntima do Estado—estrutura política, econômica, social—vê-se forçada, portanto, a amoldar-se às exigências e às limitações impostas pelo sistema vigente de relações internacionais—o sistema chamado dos múltiplos Estados soberanos, renascido para o mundo moderno com a Paz de Vestfália, e cuja principal consequência foi, sem dúvida, o princípio pragmático do equilíbrio ou balanço de poderes, tão habilmente manejado pelos estadistas britânicos, desde Guilherme Pitt a Winston Churchill. Anarquia mundial e não propriamente um sistema—afirma Frederico Schuman.

Se a tais imposições externas podem furtar-se, embora nunca de todo, as três, ou melhor, as duas superpotências ou verdadeiros Estados imperiais que hoje dominam o panorama internacional, uma vez que a vastidão e diversidade de seus recursos lhes permite quase alcançar a auto-suficiência econômica na paz como na guerra—única fórmula segura da liberdade e independência absolutas—, os demais Estados e, sobretudo, aqueles que ainda não souberam, ou não puderam, valorizar o potencial latente de seu território e de sua população, pobres países subdesenvolvidos no eufemismo, nem por isso menos depreciativo, de moda hoje em dia corrente, devem antes reconhecer aquele fato como base de todos os seus planejamentos do que construir na areia move-dição de um isolacionismo enganador e perigoso—pois que irreal—os planos, de antemão fadados ao insucesso, de um futuro de prosperidade e grandeza.

b. SEGURANÇA NACIONAL E ESTRATÉGIA TOTAL PARA UMA GUERRA TOTAL

Resulta daí haver o conceito de Segurança Nacional, entendido—é claro—na sua mais ampla e ativa acepção, permeado aos poucos o domínio todo da política estatal, condicionando quando não promovendo ou determinando todo e qualquer planejamento, seja de ordem econômica, seja de natureza social ou política, para não falar dos planos propriamente militares, tanto de guerra como de paz.

Nem de outra forma poderia ocorrer, desde que a guerra aca-

bou deixando de ser um simples hiato trágico num mundo de tranquilidade e de paz. Quando, ao tempo da Revolução Francesa e de seu grandioso epílogo napoleônico, retornava ao cenário da Europa a *guerra de nações*, relegando aos arquivos bolorentos o estilo rococó das velhas guerras dinásticas, Jomini pôde ver nela, desde logo, um drama violento de profundas paixões desencadeadas; mas, não obstante, esse drama tinha um começo bem definido e felizmente um término que se podia prever nunca remoto.

Hoje ampliou-se o conceito de guerra e não só—como reclamava e calorosamente advogou Ludendorff em depoimento célebre—a todo o espaço territorial dos Estados beligerantes, absorvendo na voragem tremenda da luta a totalidade do esforço econômico, político, cultural e militar de que era capaz cada nação, rigidamente integrando todas as atividades em uma resultante única visando à vitória e somente à vitória, confundindo soldados e civis, homens, mulheres e crianças nos mesmos sacrifícios e em perigos idênticos e obrigando à abdicação de liberdades seculares e direitos custosamente adquiridos, em mãos do Estado, senhor todo-poderoso da guerra; ampliou-se mais ainda, e não apenas a toda a amplitude do espaço mundial, interessando à totalidade dos povos e invadindo todos os continentes, todos os mares e todos os céus, obscurecendo a figura jurídica da neutralidade e equiparando beligerantes e não-beligerantes nas mesmas provações, em um transbordamento máximo que desconhece quaisquer limitações espaciais; mas, sobretudo, ampliou-se também na escala do tempo, incorporando em si mesma o pré-guerra e o pós-guerra como simples manifestações atenuadas de seu dinamismo avassalante—formas larvadas da guerra, mas no fundo guerra.

De guerra estritamente militar passou ela, assim, a *guerra total*, tanto econômica e financeira e política e psicológica e científica como guerra de exércitos, esquadras e aviações; de guerra total a *guerra global*; e de guerra global a guerra indivisível e—por que não reconhecê-lo?—permanente. A “guerra branca” de Hitler ou a *guerra fria* de Stálin substituí-se à paz e, na verdade, não se sabe já distinguir onde finda a paz e onde começa a guerra—uma evidência a mais, e esta sob todos os ângulos funesta, da geral confusão de valores em que periga soçobrar a civilização do mundo ocidental.

A essa guerra onipresente, todos os instrumentos de ação, direta ou à distância, lhe são de valia igual para alcançar a vitória que se traduza, por fim, na efetiva consecução dos Objetivos Nacionais e na satisfação completa das aspirações ou das ambições—justas ou injustificáveis, pouco importa—da alma popular, vitória tanto menos custosa quanto se possa a ela chegar sem o emprego decisivo, mas cruento, da força. Servem-lhe, por isso,

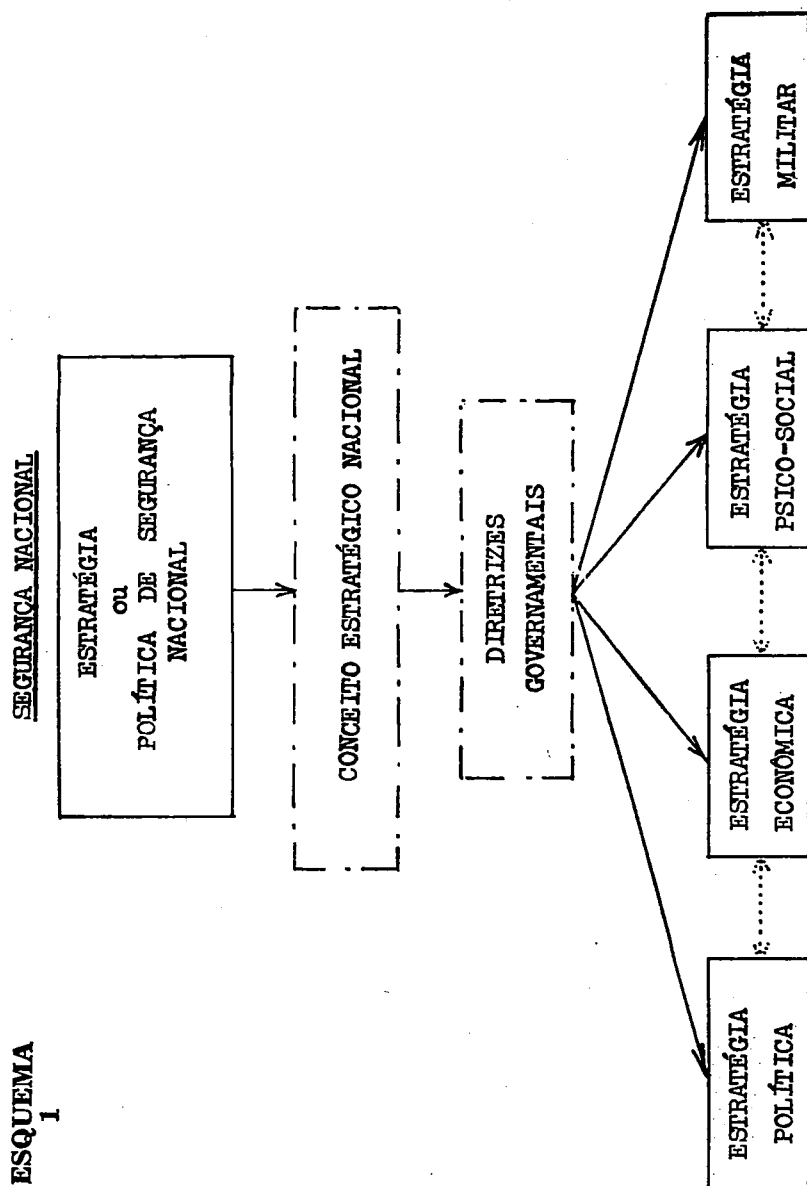
tanto as armas exclusivamente políticas—negociações diplomáticas, pressões e intervenções mais ou menos ostensivas (não é a abstenção, por vezes, uma forma de intervenção?), o jogo das alianças e das contra-alianças, os acordos e tratados nas suas cláusulas públicas ou secretas—como as armas econômicas—sanções, empréstimos e investimentos de capital, pressões cambiais, política tarifária e discriminações comerciais, o embargo, o boicote, o *dumping*. Da propaganda e da contrapropaganda, das ideologias tentadoras e dos *slogans* sugestivos para uso interno ou externo, da persuasão, da chantagem, da ameaça e até mesmo do terror faz uma das armas mais eficazes de seu variado arsenal. E conserva as forças militares como um trunfo poderoso que tanto vale hoje, fator catalítico indispensável, na mesa das discussões como nos campos de batalha.

Assim, a Estratégia, arte dantes reservada à maestria dos chefes militares na condução de suas campanhas, tendo atingido a maioridade—no dizer de Beukema—alçou-se, com toda a sua valiosa bagagem de princípios largamente experimentados desde Maratona e Salamina, para não falar em Tímbrá, desde Alexandre e César, para não mencionar Epaminondas, desde Sun-Tzu e Vegetius e Guibert e Clausewitz, a planos muito mais elevados, caracterizando-se, afinal, na aplicação como uma verdadeira *política de segurança nacional*. Sem dúvida, Clemenceau já o havia previsto quando afirmou, em frase célebre, que “a guerra é um assunto importante demais para que se possa confiá-lo inteiramente às mãos dos generais” (*esquema 1*).

Temos, assim, na cúpula da Segurança Nacional, uma Estratégia, por muitos denominada Grande Estratégia ou Estratégia Geral, arte da competência exclusiva do governo e que coordena, dentro de um Conceito Estratégico fundamental, todas as atividades políticas, econômicas, psicossociais e militares que visam concorrentemente à consecução dos Objetivos nos quais se consubstanciam as aspirações nacionais de unidade, de segurança e de prosperidade crescente. A essa Estratégia se subordinam, pois, tanto a Estratégia Militar como a Estratégia Econômica, a Estratégia Política e uma Estratégia Psicossocial, as quais se diferenciam umas das outras pelos seus campos particulares de aplicação e pelos instrumentos de ação que lhes são próprios, embora nunca deixem de atuar solidariamente, seja no tempo, seja no espaço. Não fosse a Estratégia, no fundo, como a própria guerra, indivisível e total.

c. GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA

Ora, para situar a Geopolítica no amplo quadro dessa Estratégia de Nações, isto é, de homens, de espaços e de recursos, im-



porta antes do mais distinguir entre a Geopolítica-geografia de Whittlesey, de Jorge Renner, de Demangeon e, de um modo geral—com a exceção duvidosa de Jacques Ancel—, de toda a escola francesa, fiel à ciência geográfica e à tradição possibilista de Vidal de la Blache, de Vallaux e de Brunhes, e a Geopolítica-política de Kjellén, Mackinder, do próprio Mahan, indiscutível precursor das práticas geopolíticas, de Nicholas Spykman, o último grande cultor das análises geográficas do poder mundial, e, sobretudo, da escola alemã de Haushofer, que se arvorou em herdeira legítima do determinismo ratzeliano.

Entre correntes tão antagônicas não é apenas a diversidade de propósitos que abre nítida vala de separação; é também, em sociologia, uma divergência fundamental de fundo doutrinário, mas, principalmente, uma oposição entre duas irreconciliáveis filosofias da vida.

A antiga luta entre deterministas e possibilistas aí transcende dos limites restritos da geografia, para o âmbito da filosofia política. Mais uma vez, a força telúrica do meio físico é o pomo de discórdia, segundo nela se queira enxergar a verdadeira modeladora do homem, da sociedade e do Estado—o homem como “produto da superfície terrestre”, no dizer de Miss Ellen Semple, e a “história como a geografia em ação”—, ou se entenda, ao contrário, considerá-la apenas como um condicionamento mais ou menos elástico que sempre faculta, com maior ou menor largueza, o direito de livre escolha—a natureza como “um reservatório onde dormem energias” que ao homem cabe despertar, “pondo à luz a individualidade de cada região e tornando-a, por fim, como uma medalha cunhada segundo a efígie de um povo”—tal como afirmava Vidal de la Blache. Mesmo na expressão moderna e até certo ponto conciliatória que a esse conflito buscou dar Griffith Taylor, em seu determinismo do *stop-and-go* que já se disse ser, no fundo, uma espécie de “possibilismo pragmático”, sente-se realmente, como salienta Jean Gottmann, que, no âmago, o que subsiste ainda é o debate eterno entre defensores do livre arbítrio e adeptos do determinismo, tal como nos tempos em que apenas Erasmo soube isolar-se, gigantesco, em defesa de um humanismo tolerante e criador, acima dos fanatismos estreitos que acabariam por ensangüentar em lutas intermináveis a Europa ocidental.

Não nos deteremos, por certo, em apreciar sob tal ângulo as duas geopolíticas que se defrontam—aspecto que nos levaria a intermináveis distinções—, mesmo porque somos dos que entendem, com o eminente mestre Oliveira Viana, que não há atualmente lugar para monocausalistas em ciências sociais—verdade essa tantas vezes afirmada quantas posta de lado e esquecida, talvez pela ânsia de tudo simplificar para melhor entender, congênita ao espírito humano, e que reponta sempre em novas con-

cepções monolíticas, e pois unilaterais e estreitas, da evolução das sociedades humanas: o fatalismo geográfico de Buckle e de Ratzel, a teoria das pulsações climáticas de Huntington, o materialismo histórico de Marx, Engels e Plekhanov, as teorias racistas de Gobineau, Chamberlain e Madison Grant, para não falar no oportunismo cínico de Lênin e de Stálin ou de Rosenberg e de Hitler, a supervalorização poética do herói carlyliano ou a superestimação do potencial criador das massas anônimas do nomadismo da qual fez Oppenheimer o fundamento de sua original reinterpretação da história.

Tal com entendida por Kjellén, Haushofer e seus prosélitos, a Geopolítica caracteriza-se outrossim pela sua conceituação do Estado, considerado este, ainda com mais rigor que nas próprias lições de Ratzel, como se fora um organismo supra-individual dotado de vida, de instintos e de consciência privativa—o famoso sentido espacial ou *Raumsinn* que surpreendentemente aparece, apenas mascarado, nas doutrinas norte-americanas do *destino manifesto*.

Se Ratzel não deixou, ele próprio, de fazer reservas a essa concepção organicista do Estado, a qual, não obstante, está na raiz de todas as suas teorias e de suas famosas 7 Leis de desenvolvimento e expansão do poder estatal:

"O Estado humano é um organismo extremamente imperfeito... A comparação do Estado com organismos altamente desenvolvidos é imperfeita e muitas tentativas de apreciá-lo cientificamente, como um organismo, poucos frutos têm trazido, devido principalmente a que tais analogias entre os agregados humanos e a estrutura dos organismos biológicos são, na verdade, limitadas..."

Kjellén, ao contrário, vigorosamente afirma:

"Os Estados são seres conscientes e racionais como o homem [...] Interesses, preconceitos, instintos e, sobretudo, o instinto de conservação, a vontade de crescer, a vontade de viver e a vontade de poder determinam a vida das nações..."

para concluir:

"Se o Estado é um organismo, necessita crescer... O poder (estatal)... é um conceito fisiológico [...] A geopolítica é a teoria do Estado como organismo geográfico."

Ora, tal analogia biológica, surgida espontaneamente ao influxo dos triunfos alcançados pela teoria evolucionista e à qual nem o próprio Spencer se pôde de todo furtar, viria a ser levada às suas últimas consequências quando a ela aderisse o metafísico espírito germânico, alimentado desde longa data pelo *organicismo* de Herder, pelo *idealismo* de Hegel, pelo *estatismo* de Fichte e o *nacionalismo econômico* de List. Não estará nesse endeusa-

mento do Estado, à custa da subjugação do Indivíduo, toda a tragédia do povo alemão?

Se razões sobram, pois, aos oponentes da *Geopolitik* ao acoimá-la de um determinismo estreito e ao criticar-lhe o grosseiro conceito organicista, responsável por muitas de suas distorções, não parece sejam justos ao acusá-la, porém, de se haver deixado levar por um nacionalismo extremado, sacrificando a serenidade e o rigor da ciência no altar das aspirações imperialistas do *Reich alemão*. É que a Geopolítica de Kjellén, tanto quanto a de Haushofer, sempre se propôs de ser conselheira da política, essencialmente uma arte, uma doutrina, uma teoria e nunca uma ciência. Para o primeiro, era ela apenas um dos cinco grandes ramos em que dividia a política; e, embora nas múltiplas definições da escola alemã se fale tanto em arte, como em doutrina e mesmo em ciência, a Geopolítica é sempre caracterizada como "base da ação política" e o próprio Haushofer buscou ressaltar o seu caráter dinâmico.

A definição, proclamada pelo órgão oficial do Instituto de Munique e assinada pelos quatro grandes da Geopolítica alemã é, a esse respeito, bastante expressiva:

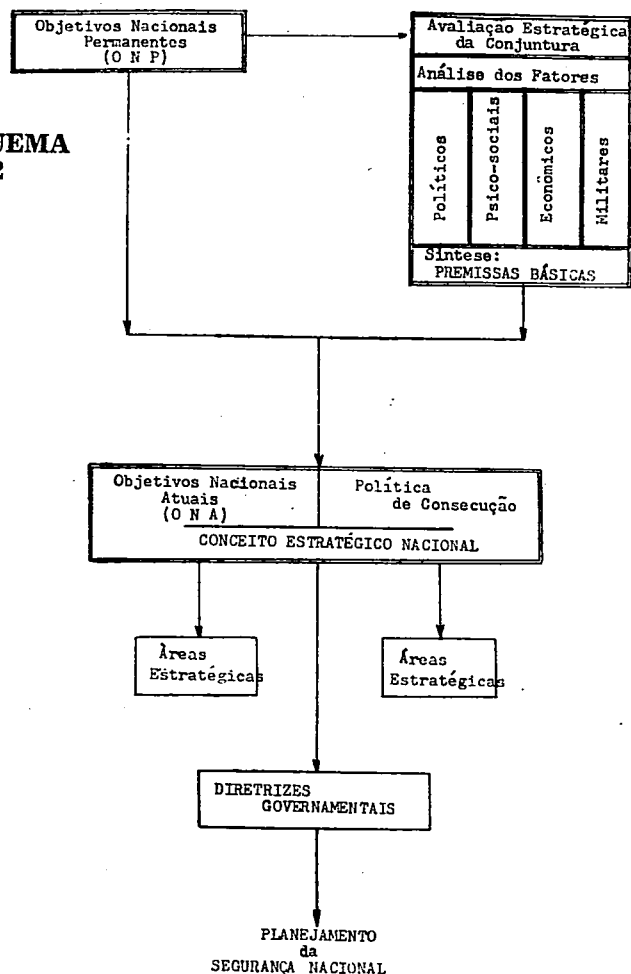
"A Geopolítica é a ciência das relações da terra com os processos políticos. Baseia-se nos amplos fundamentos da geografia, especialmente da geografia política, que é a ciência do organismo político no espaço e, ao mesmo tempo, de sua estrutura. Ademais, a Geopolítica proporciona as armas para a ação política e diretrizes para a vida política em seu conjunto."

"Assim, a Geopolítica se converte numa arte, a arte de guiar a política prática. A geopolítica é a consciência geográfica do Estado."

A concepção da supremacia do poder marítimo que fez a glória de Mahan, o norte-americano que veio explicar aos ingleses os verdadeiros fundamentos da grandeza de sua pátria, e não menos a doutrina da "revolta dos espaços continentais" que Mackinder magistralmente sintetizou em seu conhecido aforismo sobre a *Ilha do Mundo* e o *Heartland*, se baseiam ambas em uma estimativa da conjuntura mundial, numa apreciação do sentido de sua evolução, comportando, em si mesmas, hipóteses bem definidas sobre o futuro balanço de forças no campo político internacional—o que, na terminologia hoje em dia adotada, constitui, na realidade, uma Premissa Básica estratégica. Que é isso senão uma perspectiva política do mundo—uma *Weltanschauung*? (*Esquema 2*).—(Ver também o Anexo 1.)

Pouco importa que, um e outro, partindo de uma exaustiva análise geográfica e histórica—poderíamos dizer *geistórica* como Vico, na esteira de Blandel—, da eterna oposição entre o poder marítimo das chamadas talassocracias e o poder terrestre

ESQUEMA 2



de que as hordas de Gêngis-Cã foram os protótipos mais famosos, houvessem chegado Mahan e Mackinder a conclusões diametralmente opostas, o primeiro superestimando o domínio dos mares e o segundo denunciando o perigo da supremacia incontestada de um poder continental firmemente ancorado em torno ao "eixo do mundo". O que isso apenas demonstra é que aí se tratava realmente de simples hipóteses, de meros *juízos de valor*, como tais sujeitos a contestações, à desaprovação ou pelo menos a um freqüente reajustamento no decurso do tempo. Simples racio-

lizações—ajuizam alguns—de uma admiração profunda pelo passado de glórias do Império Britânico, no caso de Mahan; de um temor latente alimentado pelo velho e sempre novo antagonismo entre a Rússia e a Inglaterra, no caso de Mackinder.

Como quer que seja, não vemos mais recentemente, com Douhet, Mitchell e Seversky, esboçar-se uma outra teoria da supremacia absoluta do poderio aéreo? Não existe até já proposto o nome de *Aeropolítica*?

Ora, tanto Mahan, ao propugnar pela criação do poderio naval norte-americano, como Mackinder ao alertar seus compatriotas quanto às tremendas ameaças que se avolumavam contra a Grã-Bretanha nas estepes da Rússia, foram ambos inspirados pelo ideal da grandeza das respectivas pátrias. E se o primeiro alcançou um êxito maior, motivando a política indistintamente imperialista de Theodore Roosevelt, deve-se, sem dúvida, a que propunha para seu país objetivos claramente positivos de afirmação de poder, enquanto a tese de Mackinder se mostrava incapaz de galvanizar a vontade cansada de seu povo com o objetivo claramente negativo da conservação de uma hegemonia que periclitava, e não só por causas externas.

De qualquer forma, porém, avaliando a conjuntura internacional à luz de objetivos nitidamente nacionais e estabelecendo uma premissa de base sobre a evolução dos acontecimentos, os dois grandes mestres da Geopolítica prática—um, marinheiro, e o outro, geógrafo e estadista—o que realmente fizeram foi Estratégia, não apenas estratégia militar ou naval, mas Estratégia em sua mais elevada acepção. E por isso é que, nas obras de ambos, encontramos de fato não só formulados, mas debatidos e defendidos com todo o ardor do proselitismo, os verdadeiros Conceitos Estratégicos que sugeriam aos respectivos governos:

Mahan—

Objetivo Atual (isto é, do momento)—afirmar a hegemonia norte-americana no continente ocidental e no Extremo Oriente, visando, no futuro, a suceder à Inglaterra na liderança do mundo.

Política de consecução correspondente—pela criação de uma linha curta de rocade entre os dois oceanos, através de um canal bem protegido por uma cintura de bases, assegurar-se o domínio incontestado do Atlântico e do Pacífico, mantida tácita aliança com a Inglaterra e opondo-se a quaisquer pretensões expansionistas do Japão.

Mackinder—

Objetivo Atual—conservar a supremacia britânica, impedindo a emergência, no continente, de um poder capaz de controlar o "Coração do Mundo".

Política de consecução correspondente—impedir qualquer aliança entre a Alemanha e a Rússia, estabelecendo entre

as duas uma cintura de países-tampões—o célebre “cordão sanitário”.

Quanto aos geopolíticos alemães, sob a liderança desse geógrafo amador que foi Haushofer, não fizeram eles mais do que aproveitar-se da sugestiva concepção de Mackinder para a definição de uma estratégia germânica que atendesse às incontidas aspirações nacionais de expansão, exacerbadas ao paroxismo pelos ressentimentos tão vivos e dolorosos de 18, pelo desequilíbrio consequente da grande depressão econômica de 30, por um complexo de espoliação—quase diria castração—ante a partilha do mundo colonial e não menos por um sentimento ambivalente de admiração e ódio à Inglaterra, indiscutível soberana dos mares. Tais aspirações, não foi a Geopolítica que as criou; vinham elas de um passado remoto, desde os velhos mestres da filosofia idealista alemã, desde o testamento de Frederico, o Grande—

“O primeiro princípio da arte do governo é manter o poder existente e, de acordo com as circunstâncias, aumentá-lo e estendê-lo cada vez mais”—

desde as teses de Nietzsche, cheias de vigoroso *ethos* nacionalista, a respeito do super-homem e da guerra—

“Ama a paz como um meio de preparar novas guerras e ama ainda mais a paz curta do que a paz duradoura”—

desde Von Bernhardi, Treitschke e a supervalorização ilimitada da violência e da luta, desde o sonho da reconstituição do antigo Império Romano no III Reich de Van den Bruck, os poemas ultranacionalistas de Wagner, o *Volk ohne Raum*—povo sem espaço—de Hans Grimm e o ambíguo *Blut und Boden*—sangue e terra ou raça e território—até a apocalíptica mensagem de Spengler. É que soara para a Alemanha a hora tremenda de assumir o papel de “grande perturbador” da ordem internacional constituída, se admitirmos a terminologia proposta por Castex.

Por maiores que fossem seus erros—e o Reverendo Walsh, seu maior inimigo, nela vê mais de cinquenta por cento de verdade—a *Geopolitik* foi fiel ao espírito germânico e às aspirações mais profundas da alma alemã. Faça-se-lhe essa justiça.

De Spykman, o ilustre mestre da Geopolítica entre os norte-americanos, lembremos apenas que, a despeito de se haver proposto sempre uma “estratégia da paz”, nem por isso sentiu a menor necessidade de acompanhar Griffith Taylor em sua pueril proposição de uma *Geopacifica* universal. E é àquele que devemos uma definição, a nosso ver bastante clara, da Geopolítica como “o planejamento da política de segurança de um Estado, em termos de seus fatores geográficos”. Não estava, pois, menos certo o nosso Backheuser quando disse ser a Geopolítica, “a política feita em decorrência das condições geográficas”.

Ao pretender tratar de aspectos fundamentais da geopolítica brasileira, impunha-se-nos preliminarmente fazer as considera-

ções, lamentavelmente mais longas do que desejáramos, que aqui ficam, para devidamente esclarecer como e porque entendemos, elegendo entre o largo e variado feixe de opiniões divergentes, às vezes antagônicas e nem sempre coerentes consigo mesmas, ser a Geopolítica sobretudo uma arte—arte que se filia à Política e, em particular, à Estratégia ou Política de Segurança Nacional, buscando orientá-las à luz da geografia dos espaços politicamente organizados e diferenciados pelo homem. Seus fundamentos se radicam, pois, na Geografia Política, mas seus propósitos se projetam dinamicamente para o futuro.

De qualquer forma, por mais ampla que seja a sua perspectiva, abarcando toda a realidade política, econômica e mesmo cultural em que se situa o Estado, transbordando que seja, como é corrente e talvez inevitável—quem poderá considerá-lo pernicioso?—, sobre a história, a psicologia, a sociologia e até a estratégia especificamente militar, a Geopolítica adota sempre um ponto de vista único e privativo—o do espaço físico, que este deve ser o elemento, não exclusivo por certo, mas sim dominante, da paisagem que ela busca interpretar, com a finalidade prática de aí discernir a margem de possibilidades a aproveitar na construção da maior grandeza, do progresso crescente e da segurança interna e externa do Estado, beneficiando-se das vantagens positivas que a terra ofereça e neutralizando, na medida do possível, os aspectos negativos que ela apresente em sua imparcialidade inco-movível.

Strausz-Hupé definiu-a como “um projeto de estratégia política de caráter global”. O que é bem certo, porém, é que nunca poderá pretender a Geopolítica, ou Geoestratégia, com suas proposições de política espacial, substituir-se à Estratégia, a qual, ao valer-se de suas sugestões e alertas, combina-as com as que, não menos valiosas ou oportunas, lhe advenham de outras apreciações ou estimativas da conjuntura feitas de pontos de vista distintos—o econômico e o militar, sobretudo—para, levando em conta as reações de umas sobre as outras, consubstanciá-las a todas em grau superior de integração numa política única de Segurança Nacional, expressa através de um Conceito Estratégico fundamental e das Diretrizes consequentes.

Mas só vale, realmente, a Geopolítica por sua contribuição se, como a Estratégia, souber assentar-se em Objetivos Permanentes que traduzam as aspirações e os anseios da consciência nacional. Tal a pedra de toque da verdadeira Geopolítica que, se admite, como toda arte, princípios gerais e se, de fato, se cristaliza em torno de uma doutrina válida, até certo ponto, para quaisquer meridianos e paralelos, nem por isso deixará de ser, antes de tudo, uma Geopolítica nacional.

AS CATEGORIAS GEOPOLÍTICAS FUNDAMENTAIS E A REALIDADE BRASILEIRA

a. A ANÁLISE GEOPOLÍTICA

TRÊS TÊM SIDO os esquemas propostos para a análise geopolítica de um Estado—o da escola denominada da *paisagem política*, o da *ecologia política* de Renner e White e o da corrente *orgânica* que, partindo de Kjellén, veio a culminar na atividade multiforme da Geopolítica alemã (*esquema 3*).

Como quer que seja preferido, todos os aspectos aí considerados, com ênfase maior ou menor e com um critério variável segundo o caso, se podem na verdade englobar nas duas categorias fundamentais que—a par da metafísica “consciência espacial”—Ratzel distinguiu com tanto acerto e não menor fecundidade analisou em sua Geografia Política: o *espaço* e a *posição—der Raum e die Lage*.

O espaço estatal—*território*—não se deve, evidentemente, reduzir ao simples e desnudo espaço físico, mesmo que constantemente se reavaliem, à luz do nível alcançado pela técnica e pela civilização contemporâneas, as barreiras e vias de penetração naturais, as articulações e diferenciações decorrentes do relevo, as atrações e repulsões de substrato fisiográfico, e por mais que se reconheça toda a importância de sua maior permanência que confere à influência exercida por aquele espaço bruto um caráter todo especial—componente nitidamente estabilizadora em meio à fluidez das relações internacionais.

O espaço que à Geopolítica interessa é o *espaço político* em toda a sua plenitude: caracterizado por uma *extensão*, uma *forma* e uma *textura* bem definidas; possuindo um *valor* que se pode estimar, embora não se possa medir; abrangendo uma base física mais ou menos compartimentada em *regiões* e *sub-regiões naturais* distintas; englobando tanto as zonas já vivificadas pela ocupação efetiva de aglomerações humanas—o *ecúmeno*—como *zonas mortas* ou *passivas* à espera de uma valorização real; compreendendo um *núcleo central*, denso de população, bem integrado por uma trama complexa de comunicações e caracterizado por um alto índice de produção, *núcleos secundários* e *marginais* e o simples *domínio* mais ou menos permeado que a todos circunda; os *limites do território*, as *fronteiras políticas*—zonas de transição e frentes de contacto, e principalmente as *fronteiras de civilização* no sentido de Bowman—“janelas abertas aos empreendedores so-

bre um mundo ainda desaproveitado” (Siegfried); *zonas vitais* cuja perda se traduzirá na anulação do poder de recuperação do Estado, *áreas críticas* de produção e de circulação, *zonas-problemas* à espera de soluções. É também o *espaço econômico* com todas as suas diferenciações regionais e, não menos, as *regiões culturais*, as *regiões étnicas*, as *regiões lingüísticas*, sempre que for o caso.

Quanto à posição, não se limita a Geopolítica, por certo, à simples posição matemática, definida pelas coordenadas geográficas e tão cheia de conseqüências do ponto de vista climático, da habitabilidade e dos recursos naturais, mas sobretudo considera a situação no âmbito mundial, no espaço regional e no relacionamento inter-regional; aprecia a *acessibilidade* às correntes internacionais do tráfego oceânico e aéreo, bem assim o *grau de dependência* em relação ao comércio exterior; analisa a proximidade ou afastamento relativamente aos grandes *centros dinâmicos de poder* que dominam a conjuntura nacional, discernindo a direção e intensidade de *pressões externas* que já se manifestem ou possam vir a manifestar-se; avalia a maior ou menor *continentalidade* do espaço considerado, segundo se apresente mais ou menos permeável às influências marítimas; distingue *zonas de fricção*, atuais ou potenciais, com os espaços políticos circunvizinhos, estimando a intensidade e sentido das ações ou reações que aí se possam desencadear; considera o dinamismo da *osmose fronteiriça* e baliza *caminhos naturais de penetração*; e ainda, quando for o caso, delimita tanto *plataformas de expansão* dentro do território como *zonas de influência* no espaço exterior continental ou marinho.

Dentro de certo relativismo, pois que o próprio fato local só pode ser bem avaliado à vista de seu condicionamento externo, justo parece admitir que a análise do espaço diz respeito principalmente à definição de uma Geopolítica aplicada ao campo interno e visando à integração total e à valorização cada vez maior do território nacional, enquanto a estimativa da posição interessa, sobretudo, à Geopolítica orientada para o exterior, num sentido positivo de ataque ou negativo de defesa, e que se caracterize, num como noutro caso, pela projeção do espaço nacional sobre os espaços circunvizinhos. E aí está porque a Geopolítica, se não fomenta os imperialismos, lhes abre o caminho a sonhos de conquista, domínio e expansão territorial.

Ora, tanto na posição como no espaço, influi decisivamente, como fácil é concluir, um fator capital—*a circulação*—pois esta é que vincula os espaços políticos internos ou externos, que conquista, desperta e vitaliza o território, que canaliza as pressões e orienta as reações defensivas e que dá significação concreta à extensão, à forma, à situação.

Daí se poder afirmar, em sentido embora diverso do adotado

ESCOLA DA PAISAGEM POLÍTICA (WHITTLESEY-HARTSHORNE— ESCOLA FRANCESA)	ESCOLA DA ECOLOGIA POLÍTICA (WHITE-RENNER—VAN VALKENBURG)	ESCOLA ORGANICISTA (KJELLÉN-HAUSHOFER— GEOPOLITIK)
OBJETO—OBSERVAÇÃO, INVENTÁRIO E ANÁLISE DE TODOS OS ELEMENTOS POLÍTICOS DA PAISAGEM CULTURAL E DE SUA INTEGRAÇÃO EM CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS.	OBJETO—ESTUDO DOS AJUSTAMENTOS POLÍTICO-GEográficos DOS GRUPOS SOCIAIS AO MEIO NATURAL, COM INTERPRETAÇÃO GEOGRÁFICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.	OBJETO—ESTUDO DO ORGANISMO POLÍTICO E DE SUA ESTRUTURA, COM VISITAS A FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA ESPACIAL.
<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>A área (território)</i> <ol style="list-style-type: none"> a. Posição, extensão, forma b. Paisagem natural—macro e micro-paisagens (relevo e drenagem; clima; vegetação; recursos naturais) c. Ecúmeno, núcleo central e núcleos secundários d. Subdivisões políticas <ol style="list-style-type: none"> (1) Locais (2) Subprovinciais (3) Provinciais e. Capitais e subcapitais <ol style="list-style-type: none"> (1) Centrais (em relação ao ecúmeno ou a todo o território) (2) Periféricas (em relação a fronteiras ofensivas ou defensivas; a fronteiras em regressão) 2. <i>A configuração interna</i> <ol style="list-style-type: none"> a. Diferenciação espacial (associações locais na paisagem cultural) <ol style="list-style-type: none"> (1) Raça e etnias (2) Língua (3) Religião (4) Economia—gêneros de vida—grupos ocupacionais (5) Política partidária (6) Outras b. Equipamento institucional <ol style="list-style-type: none"> (1) Sufrágio (2) Representação parlamentar (3) Outros c. Equipamento de circulação 	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>O grupo humano e a área em que vive</i> <ol style="list-style-type: none"> a. Origem e crescimento (estatísticas vitais) b. Traços étnicos atuais c. Dieta, saúde e padrão de vida d. Educação e progresso tecnológico e. Moral f. A área ocupada <ol style="list-style-type: none"> (1) Posição (2) Espaço (3) Recursos (4) Crescimento espacial <ol style="list-style-type: none"> (a) Linhas de expansão (b) Etapas históricas de expansão 2. <i>Estrutura do grupo</i> <ol style="list-style-type: none"> a. Formas de utilização dos recursos <ol style="list-style-type: none"> (1) Economia de subsistência (2) Economia agrária, industrial ou baseada (3) Grau de industrialização—Recursos correlatos (4) Exploração destrutiva ou prática de conservação dos recursos (5) Saldos da produção e deficits b. Comércio c. Atitudes sociais—iconografia <ol style="list-style-type: none"> (1) Minorias (2) Outras diferenciações d. Controle social e. Migrações internas 	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Propriedades físicas da área</i> <ol style="list-style-type: none"> a. Posição (die Lage) <ol style="list-style-type: none"> (1) Em relação à disposição geral das terras e mares (2) Regional (3) Acessibilidade (4) Valor estratégico b. Extensão <ol style="list-style-type: none"> (1) Profundidade (2) Valor defensivo c. Forma <ol style="list-style-type: none"> (1) Vantagens (2) Vulnerabilidades d. Geomorfologia <ol style="list-style-type: none"> (1) Relevo (2) Águas (3) Litoral (4) Relacionamento terra-água (5) Penetrabilidade e. Clima f. Recursos naturais <ol style="list-style-type: none"> (1) Inventário <ol style="list-style-type: none"> (a) Solo—espécies, qualidade (b) Matérias-primas—minerais, combustíveis, etc. —grau de auto-suficiência —classificação (matérias-primas críticas e estratégicas) (c) Água (d) Alimentos (e) Outras (2) Saldos e deficits (3) Classificação do Estado por sua categoria econômica
<ol style="list-style-type: none"> 3. <i>Elementos terminais</i> <ol style="list-style-type: none"> a. Zonas periféricas (arrêscimos ao ecúmeno ou resíduos de território anterior) <ol style="list-style-type: none"> (1) Relações naturais com o ecúmeno (2) Subordinação das estruturas culturais periféricas (3) Caráter unitário ou federativo das zonas agregadas b. Zonas-problemas e zonas de fricção (naturais e culturais) <ol style="list-style-type: none"> (1) Causas das tensões ou fricções (naturais e culturais) (2) Relações com o ecúmeno e com espaços políticos da vizinhança imediata c. Zonas de fronteiras <ol style="list-style-type: none"> (1) Densidade de ocupação (2) Grau de interpenetração, nos diversos segmentos (3) Setores e pontos estratégicos (4) Setores desmilitarizados (5) Posições defensivas (6) Barreiras alfandegárias d. Limites do território <ol style="list-style-type: none"> (1) natureza—acidentes naturais, limites demarcados artificialmente ou mistos (2) Demarcação anterior ou posterior à ocupação (3) Irregularidades <ol style="list-style-type: none"> (a) Prouberações (b) Indenações (4) Quistos fronteiriços (inclusive coresdores) <ol style="list-style-type: none"> (a) Internos (b) Externos (5) Áreas litigiosas 4. <i>A configuração externa</i> <ol style="list-style-type: none"> a. Zonas aliadas ou dependentes (colônias e outras) <ol style="list-style-type: none"> (1) Contígua ou separadas (2) Natureza e grau da separação (terra ou água) (3) Estrutura cultural (4) Grau de subordinação b. Gruposamentos internacionais 	<ol style="list-style-type: none"> 3. <i>Ajustamentos visando ao controle da área</i> <ol style="list-style-type: none"> a. Governo nacional <ol style="list-style-type: none"> (1) Monarquia (2) República unitária ou federativa (3) Confederação b. Governo provincial <ol style="list-style-type: none"> (1) Estado tribal (2) Estado feudal (3) Províncias, canções, departamentos, etc. (4) Soviéticos c. Governo local <ol style="list-style-type: none"> (1) Vila tribal (2) Unidade feudal (3) Cidade-Estado (4) Outros 4. <i>Ajustamento visando à definição de limites</i> <ol style="list-style-type: none"> a. Relações com fatores do meio geográfico <ol style="list-style-type: none"> (1) Zonas em litígio b. Zonas em litígio 5. <i>Ajustamentos em relação ao exterior</i> <ol style="list-style-type: none"> a. Internacionais <ol style="list-style-type: none"> (1) Comunidades de nações (2) Alianças (3) Sociedade de Nações (Liga, O.N.U.) b. Extrnacionais <ol style="list-style-type: none"> (1) Colônias (2) Mandatos, tutelas e protetorados (3) Extraterritorialidade (4) Estados-tampões e zonas neutralizadas c. Projetados <ol style="list-style-type: none"> (1) Planos de paz (2) Programa de comércio (3) Estratégia militar (4) Outros 	<ol style="list-style-type: none"> 2. <i>O povo</i> <ol style="list-style-type: none"> a. Raças e etnias b. População <ol style="list-style-type: none"> (1) Volume (2) Composição (homogeneidades e heterogeneidades) (3) Distribuição e densidades regionais (grau de saturação; pressões sobre os recursos) c. Cultura <ol style="list-style-type: none"> (1) Elementos básicos (2) Aptidões, educação, preparo tecnológico (3) Organização institucional d. Economia <ol style="list-style-type: none"> (1) Indústria—Grau de Industrialização (2) Circulação (3) Comércio (4) Produção e produtividade (5) Padrões de vida (6) Necessidades e. Governo <ol style="list-style-type: none"> (1) Estrutura (2) Atitudes cívicas do povo (3) Comportamento político 3. <i>Anatomia da área política</i> (análise morfológica) <ol style="list-style-type: none"> a. Capital b. O núcleo central (centro de gravidade) c. O domínio <ol style="list-style-type: none"> (1) Regiões (2) Corredores de circulação d. Limites e. Zonas pára-choques <ol style="list-style-type: none"> (1) Estados-tampões (2) Esferas de influência f. Expansões marginais—Colônias e dependências g. O domínio ampliado (der Raum) <ol style="list-style-type: none"> (1) Províncias de poder (esfera de poder) (2) Plataformas de expansão (cabecças de ponte) (3) Direções bloqueadas e linhas de menor resistência (4) Pan-regiões 4. <i>O organismo integrado pouq-área</i> <ol style="list-style-type: none"> a. Crescimento histórico <ol style="list-style-type: none"> (1) Etapas de crescimento (2) Zonas (avenidas) de expansão

(conclui na pág. seguinte)

ESQUEMA 3 (conclusão) A ANÁLISE GEOPOLÍTICA

(ESQUEMA DE JORGE T. RENNER, MODIFICADO SEGUNDO SAUER, WHITTLESEY, DIX E MAULL)

ESCOLA ORGANICISTA (KJELLÉN-HAUSHOFER— GEOPOLITIK)	
	<ul style="list-style-type: none"> b. Tendências vitais da população <ul style="list-style-type: none"> (1) Em número (expansão demográfica) (2) Em qualidade (educação e saúde) c. O plano nacional <ul style="list-style-type: none"> (1) Redução da população visando à elevação do padrão de vida (2) Controle da natalidade visando à manutenção do padrão de vida (3) Estímulo ao crescimento demográfico, a ser atendido por: <ul style="list-style-type: none"> (a) Melhoria da organização econômica (industrialização—comércio—zoneamento—planificação) (b) Colonização em ultramar—Emigração (c) Transbordamento além-fronteiras (penetração pacífica) (d) Conquistas (4) Torções ou tensões internas relativamente ao plano político (5) Programas autárquicos d. Estratégia nacional <ul style="list-style-type: none"> (1) Programa de comércio em relação ao domínio ampliado (2) Estratégia militar <ul style="list-style-type: none"> (a) Defensiva <ul style="list-style-type: none"> —áreas críticas ou vitais de produção de circulação de matérias-primas (b) Ofensiva—direções (3) Política diplomática <ul style="list-style-type: none"> (a) Unilateral (b) Coletiva
	<ul style="list-style-type: none"> 5. Manômetros geopolíticos <ul style="list-style-type: none"> a. Mudança da capital b. Penetração espacial (progresso realizado) c. Campos de tensões e linhas de atritos (zonas de antagonismos) d. Grau de urbanização—migrações internas

por Edmundo Demolins em seu fascinante ensaio, que o caminho cria o tipo social—não o caminho natural simplesmente, mas o caminho obra também do próprio homem. É que, no fundo, o homem—senão cada homem, como pensava Protágoras—é “a medida de todas as coisas”.

b. O ESPAÇO BRASILEIRO

Ora aí temos esse amplíssimo território brasileiro que nossos avós nos legaram, um triângulo fisicamente compacto de terras com o vértice apontado para o sul, assentado sobre um vasto planalto que descamba insensivelmente a noroeste para uma não menos imensa planície recente onde os rios contam mais que a

terra, que se debruça a oeste, em grande hemicírculo, sobre uma região anfíbia que ora é água, ora é terra, e mais a sudoeste se prolonga, por sobre caudais irrequietos que menos separam que unem, a regiões indistintas da circunvizinhança política.

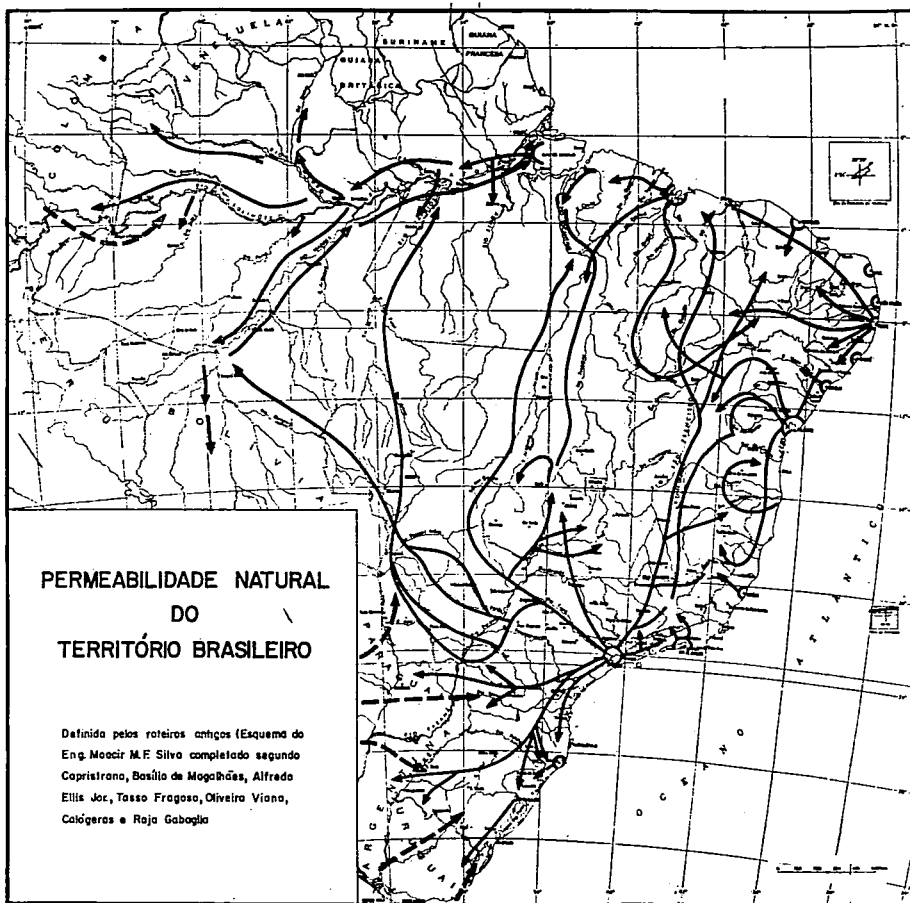
O grande planalto central, pela sua permeabilidade, seu relevo peneplanado, vestimenta florística mais ou menos uniforme e clima que pouco varia, dá unidade ao conjunto—como a Saint-Hilaire não escapou—, pois os rios que aí penetram de todos os quadrantes, chegando quase a estabelecer a continuidade entre as três principais bacias, não conseguem de forma alguma dissociá-lo, antes se dobram e se prestam à sua poderosa ação unificadora que só deixa de se fazer sentir na periferia do território onde as forças de atração do Amazonas e do Prata, ambas em parte atenuadas pelas quebras de perfil, depois de lutarem pela supremacia na região instável de Cuiabá—Cáceres—Mato Grosso, decididamente se afirmam cada vez mais para o norte e para o sul. Só a Hiléia propriamente escapa ao papel vinculador do planalto, resistindo-lhe à ação coesiva e aglutinadora, não apenas pela direção excêntrica da calha amazônica, mas sobretudo pela descontinuidade que dissocia os afluentes orientais da margem sul do grande rio, e pela mata tropical pujante que resiste sempre às comunicações ao longo dos divisores rebaixados e mal definidos.

Os babaçuais adensados do Nordeste ocidental não chegam a constituir barreira que cerre o passo do vale do Parnaíba para o do São Francisco, dada a orientação favorável dos rios francamente navegáveis; nem a mata do Paraná—Uruguai ou os pinheirais do Oeste paranaense se podem opor à penetração colonizadora.

Do lado do oceano, na porção melhor articulada da costa, o rebordo do planalto, a “grande escarpa”—no dizer de Preston James—por vezes dobrada mais à retaguarda por segunda muralha e embora já despojada em grande parte de sua melhor aliada, a floresta tropical litorânea que o machado e o fogo aos poucos foram reduzindo a manchas residuais, ainda se opõe tenazmente às entradas para o interior, a não ser em raras aberturas naturais como a do Rio Doce e do Paraíba e no extremo sul onde, mergulhando nas águas, deixa abrir-se, ao sopé meridional do planalto, um verdadeiro mar interior que de leste para oeste prolonga ainda uma inestimável transversal aquática.

Mais para o norte, enquanto desaparece a barreira litorânea, dando lugar por fim aos tabuleiros e chapadões em que se dilata, rebaixando-se, o grande planalto; escudo à mostra, a costa retilínea, em grande parte com barreiras, dunas, recifes e lagoas praias, não oferece indentações numerosas e a grande via natural de penetração, que é o São Francisco, se apresenta bloqueada pela mole de Paulo Afonso, mal se adentra no sertão. Entretanto, a

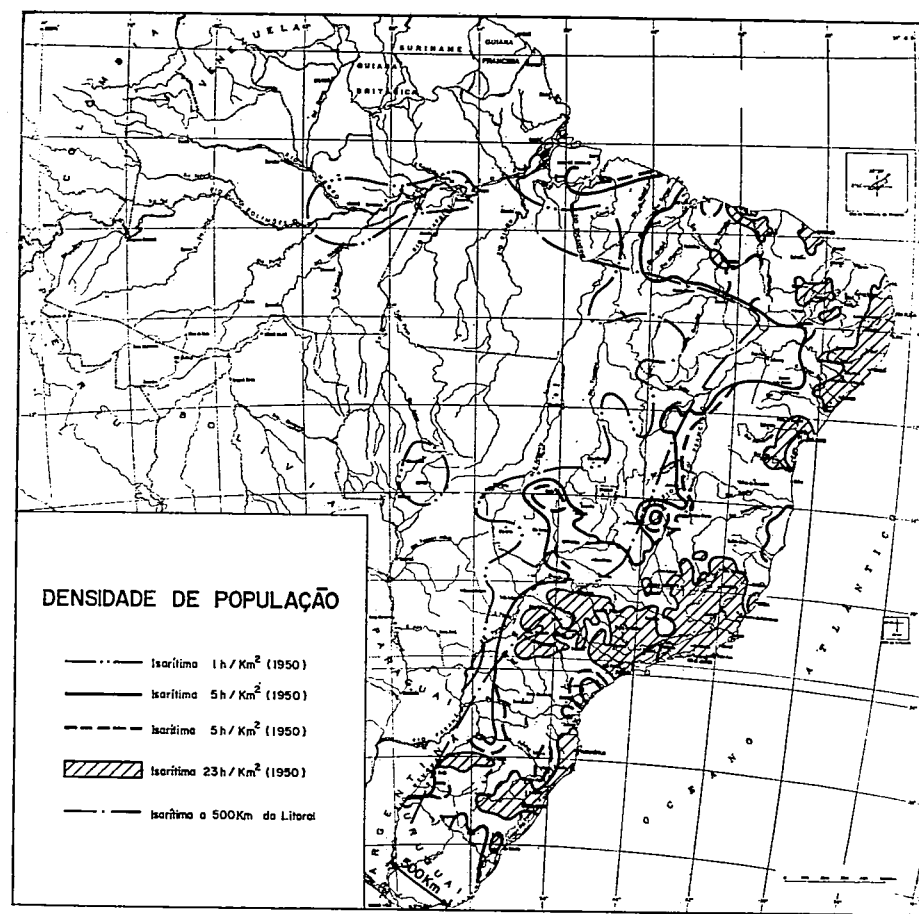
ESQUEMA 4



permeabilidade do terreno à circulação “pelas hipotenusas” ou pelas cordas dos grandes arcos convexos vem compensar até certo ponto a falta de uma rede fluvial perene que articule internamente o quadrilátero nordestino cuja soldadura ao Centro-Sul brasileiro se processa naturalmente pelo médio e alto São Francisco em seu histórico papel de “rio da unidade nacional”—“o grande caminho da civilização brasileira”, no conceito de João Ribeiro.

Depois do gólfão de São Luís, são os estuários e os canais mar-

ESQUEMA 5



ginais, a costa baixa e pantanosa sob os efeitos de uma recente transgressão marinha.

Pois, sobre tal base física que pela sua extensão abrange regiões naturais várias caracteristicamente diversificadas e oferece amplas possibilidades de gêneros de vida e atividades econômicas complementares, com um clima que, na verdade, não é tão desfavorável como se tem apregoado por ignorância ou preconceito, e até por despeito como fez Alberdi, nossos antepassados—o bandeirante paulista, o criador de gado e o missionário católico—

delimitaram o território nacional, pelo seu esforço incansável de desbravadores do sertão e das matas, espraçando-se desde uns poucos núcleos de irradiação—São Vicente, Bahia, Pernambuco, Maranhão e posteriormente o Rio de Janeiro—segundo rumos que traduzem, de forma mais evidente, os caminhos naturais, rios ligados pelos elos dos varadouros quando não as legendárias trilhas dos índios, que a paisagem oferecia e ainda oferece hoje para a conquista do *hinterland*. Por isso mesmo, nada melhor que um esquema desses roteiros antigos de entradas, bandeiras e outras explorações da terra pode ilustrar o grau e o sentido da permeabilidade natural do território brasileiro, dados fundamentais na apreciação geopolítica do valor dessa base física (*esquema 4*).

Dois séculos passados, já de há muito acalmada de toda aquela febril agitação do desbravamento que encheu de um dinamismo extraordinário todo o segundo século de nossa história colonial, vindo estancar-se exausta em fins dos setecentos, e negociado a contento nosso o reconhecimento de nossas lindas—se dermos um balanço realista de nossa ocupação efetiva do imenso território que nos coube, verificaremos que, embora seja certo que não mais nos “contentamos de andar arranhando [as terras] ao longo do mar como caranguejos”, na ironia causticante de Frei Vicente do Salvador, nem tampouco nos atenhemos ao “tê-nue fio litorâneo” do I século de que nos fala Capistrano ou à “colonização periférica” do começo do século XVII a que se refere João Ribeiro, ainda assim nada mais fizemos que ampliar a base de partida para exploração e assenhoreamento do interior brasileiro a escassos 500 km da orla oceânica (*esquema 5*).

Com um mapa demográfico à mão, podemos traçar o limite avançado dessa nossa efetiva conquista do território, se como tal considerarmos uma densidade mínima de 5 habitantes por km², a qual corresponde, a grosso modo, à densidade demográfica média do Brasil e é inferior à que apresentam os diversos países da América do Sul, exceção feita da Bolívia e do Paraguai.

A partir de uma faixa costeira quase toda habitada e onde avultam esparsos alguns nódulos importantes de condensação demográfica no Nordeste e no Sul e, sobre a base Iguape—Vitória, um grande bolsão ao centro—a isaritmia considerada ainda não atingiu plenamente a avançada dos 500 km, apresentando-se muito retardada a oeste do Parnaíba e com notável indentação entre Bahia e Pernambuco. A oeste dessa fronteira de civilização, além de alguns raros transbordamentos e apenas uma penetração mais funda na direção de Goiás, em que se vai exaurindo a onda colonizadora que avança do litoral, restam nada mais que ilhas esparsas de população—o Mato Grosso de Goiás, Cuiabá, Manaus, as mais importantes—se destacando em meio ao vasto deserto—o

enorme *espaço vazio* da classificação de Supan (menos de 1 h/km²).

No oeste paranaense, ao norte de Minas e em alguns outros setores devemos assinalar fronteiras em nítida e rápida expansão; mas importa não esquecer que o avanço da colonização brasileira, na maioria de suas áreas pioneiras, dado o sistema da monocultura devoradora de terras, a exploração destrutiva das *wonder-crops*, se tem lamentavelmente caracterizado—com a exceção notável do noroeste gaúcho—por essa forma toda especial a que se denominou *fronteira oca* e que é um avançar sem consolidação, de modo que atrás ressurgem, mais ou menos vitoriosos, o deserto.

Nesta pintura do Brasil que quisemos fazer antes sugestiva que precisa, temos a grosso modo delimitado o *ecúmeno* nacional, pouco mais de um terço da área total do país, e a oeste, o simples *domínio*, o Brasil marginal, inexplorado em sua maior parte, desvitalizado pela falta de gente e de energia criadora, e o qual nos cumpre incorporar realmente à nação, integrando-o na comunidade nacional e valorizando a sua grande expressão física hoje ainda quase completamente passiva. Tarefa sem dúvida gigantesca que está a exigir um planejamento cuidadoso e a longo prazo e que consumirá largos anos para sua realização, além de recursos vultosos e de toda a ordem. Mas é preciso que não esqueçamos que o vácuo de poder, como centro de baixas pressões, atrai de todos os quadrantes os ventos desenfreados da cobiça. E, portanto, se larga é a empresa e sobremodo difícil, impõe-se pelo menos dispor sem tardança, na cintura dessa imensa área vazia, postos avançados de nossa civilização, convenientemente equipados para que possam testemunhar a posse indiscutível da terra, à espera dos melhores dias de uma integração e valorização contínuas e totais, e estejam em condições de opor-se a quaisquer veleidades alienígenas de penetração.

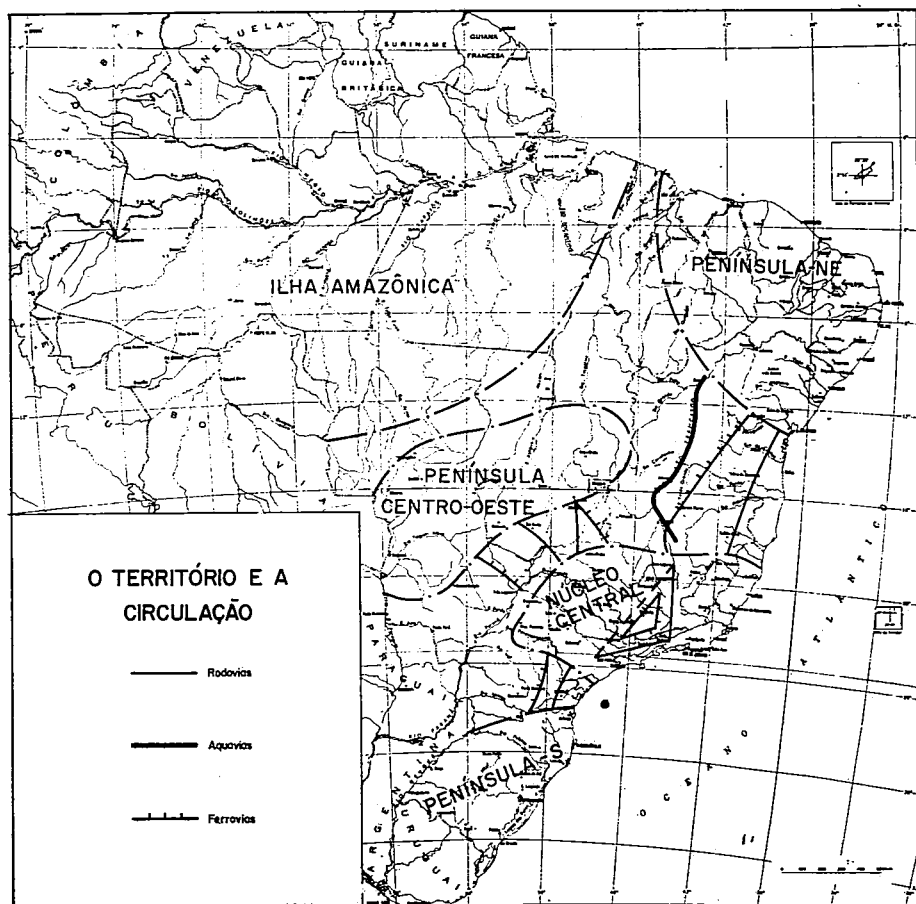
Aí estão ainda a nos testemunhar a política previdente de nossos avós, o Forte Príncipe da Beira no Guaporé, Tabatinga no Amazonas, Marabitanas no Rio Negro e São Joaquim no Rio Branco. O que urge fazer, em outra escala e com outros meios, é ainda a mesma idéia velha em circunstâncias novas.

É preciso tamponar o deserto.

Prossigamos, porém, um pouco mais nessa leitura do mapa do Brasil atual, considerando, ao mesmo passo que a distribuição da população, a nossa rede interna de comunicações terrestres e aquáticas (*esquema 6*).

Desde logo ressalta à simples inspeção, em torno do triângulo Rio—São Paulo—Belo Horizonte, um notável adensamento demográfico servido por trama rica de comunicações ferroviárias e rodoviárias. É o núcleo central do Brasil, seu verdadeiro coração, definido embora sem o rigorismo quilométrico de Mark Jefferson; onde se concentra a maior massa de população e de riquezas

ESQUEMA 6



do país, onde a circulação é muitíssimo mais intensa, onde a produção se acumula, onde estão sediadas as mais importantes indústrias de base, onde o dinamismo é mais poderoso e enérgico. Sobre a base de articulação Rio-São Paulo, materializada pelas comunicações rodoviárias e ferroviárias ao longo do providencial vale do Paraíba, esse núcleo central de estrutura em amplo setor que, de um modo geral, é balizado de Santos ou um pouco mais ao sul ao vale do rio Doce, pelos vales do Paranapanema, do Paraná e do Paranaíba, cruzando depois o São Francisco para des-

pontar as cabeceiras do Jequitinhonha. Aí se encontram quase todo São Paulo, a maior parte de Minas Gerais, o Distrito Federal¹ e o Estado do Rio de Janeiro, mais a metade sul do Espírito Santo.

No Nordeste, em derredor dos núcleos secundários do recôncavo baiano, de Recife e Fortaleza, condensa-se uma segunda área ecumênica, também unificada por apreciável trama de ferrovias e rodovias; como, no Sul, a que se estende pelo Paraná e Santa Catarina, alargando-se depois para englobar todo o território do Rio Grande do Sul.

Escassas comunicações que, além de escassas, são precárias, conectam debilmente essas áreas ecumênicas do Nordeste e do Sul ao grande núcleo central, através de verdadeiros *istmos de circulação*.

Por outro lado, no Brasil centro-oeste, Cuiabá e a região circunvizinha que lhe é tributária, Campo Grande e o Sul de Mato Grosso, Goiânia e o Sul de Goiás se integram em vasta área ainda não ecumênica, mas que já se articula ao núcleo central por um istmo bem delimitado, de fraca densidade de circulação.

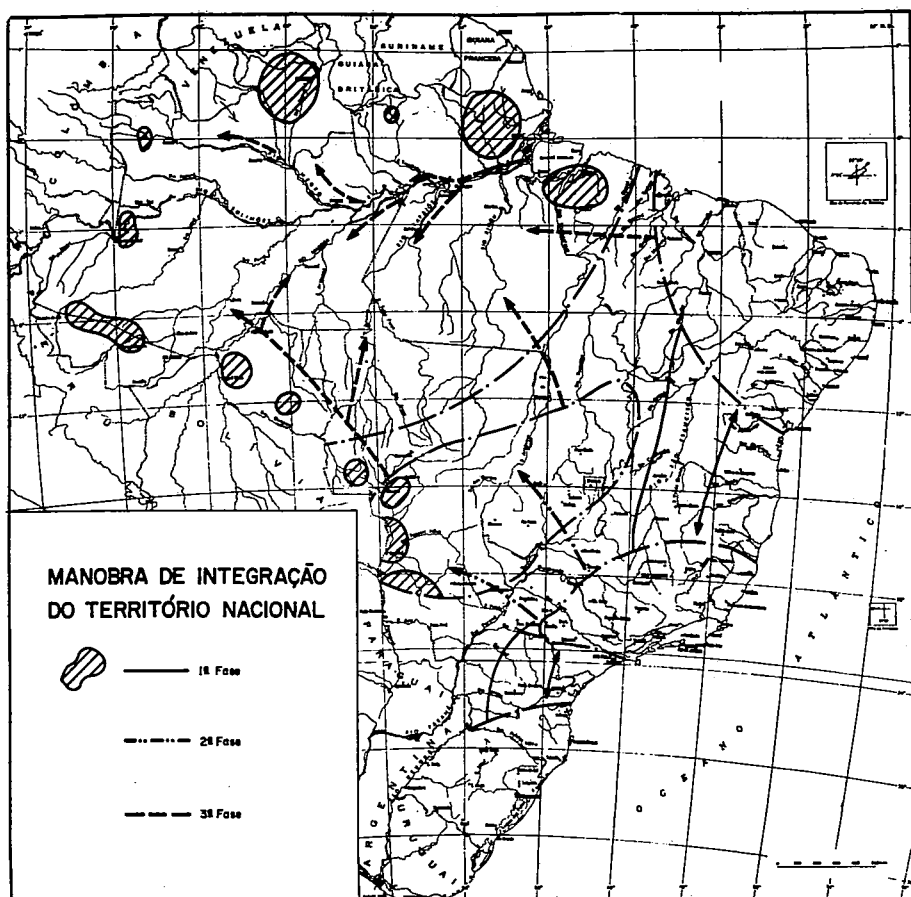
E, mais a noroeste ainda, a Hiléia—isolada, tributária do caudal amazônico e nitidamente dependente das ligações marítimas.

Já se tem dito muitas vezes que o Brasil, sob o ponto de vista da circulação, é um vasto arquipélago—imagem sugestiva que faz ressaltar a pobreza de nossas comunicações interiores e a triste e perigosa contingência em que nos encontramos ainda como escravos dos transportes marítimos periféricos. A análise que vimos de fazer leva-nos a distinguir melhor, partindo do núcleo central do país três grandes penínsulas que se projetam para nordeste, para o sul e para noroeste, apenas ligadas por precários istmos de circulação—zonas críticas de transporte—e, mais longe ainda, inteiramente isolada, uma vasta ilha perdida.

A primeira tarefa, pois, visando à integração e valorização do território nacional, há de ser forçosamente a de vitalizar esses três istmos de circulação, de maneira a, de um lado, articular solidamente de norte a sul nossa atual base ecumênica e, de outro lado, consolidar o avanço já esboçado para noroeste, a partir do núcleo central que, geográfica e historicamente, é a verdadeira plataforma para penetração e conquista do interior. Somente a seguir, depois de nos havermos debruçado sobre a Hiléia amazônica, poderemos pensar em conquistar a grande ilha brasileira de noroeste por uma manobra concêntrica que combine o avanço do sul para o norte, ao longo dos afluentes da margem direita

1. Hoje Estado da Guanabara.

ESQUEMA 7



do grande rio, com a penetração pela embocadura do Amazonas e sucessivamente a montante de seus tributários de uma e outra margem—seguindo os mesmos rumos que, em épocas já distantes, com meios muito mais rudimentares e propósitos bem diversos, bandeirantes e missionários esboçaram em seu admirável desbravamento daquele deserto verde.

Resumindo em suas linhas gerais a grande idéia de manobra geopolítica para integração do território nacional, trata-se de (esquema 7):

- 1.º—articular firmemente a base ecumênica de nossa projeção continental, ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país; ao mesmo passo que garantir a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração;
- 2.º—impulsionar o avanço para noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central, de modo a integrar a península centro-oeste no todo ecumênico brasileiro (para o que se combinarão o processo da mancha de azeite preconizado por Lyautey e o dos núcleos avançados atuando como pontos de condensação);
- 3.º—inundar de civilização a Hiléia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiros, partindo de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão E.-O. segundo o eixo do grande rio.

Para a realização de tão ingente tarefa, contamos com uma população jovem, de elevado ritmo de crescimento e apreciável grau de homogeneidade. O que precisamos a todo custo quanto antes deter é o êxodo rural desordenado, vinculando o homem à terra do interior pela pequena propriedade, reduzindo o retardo cultural que opõe o sertão à cidade, e diversificando em bases mais sólidas a nossa economia.

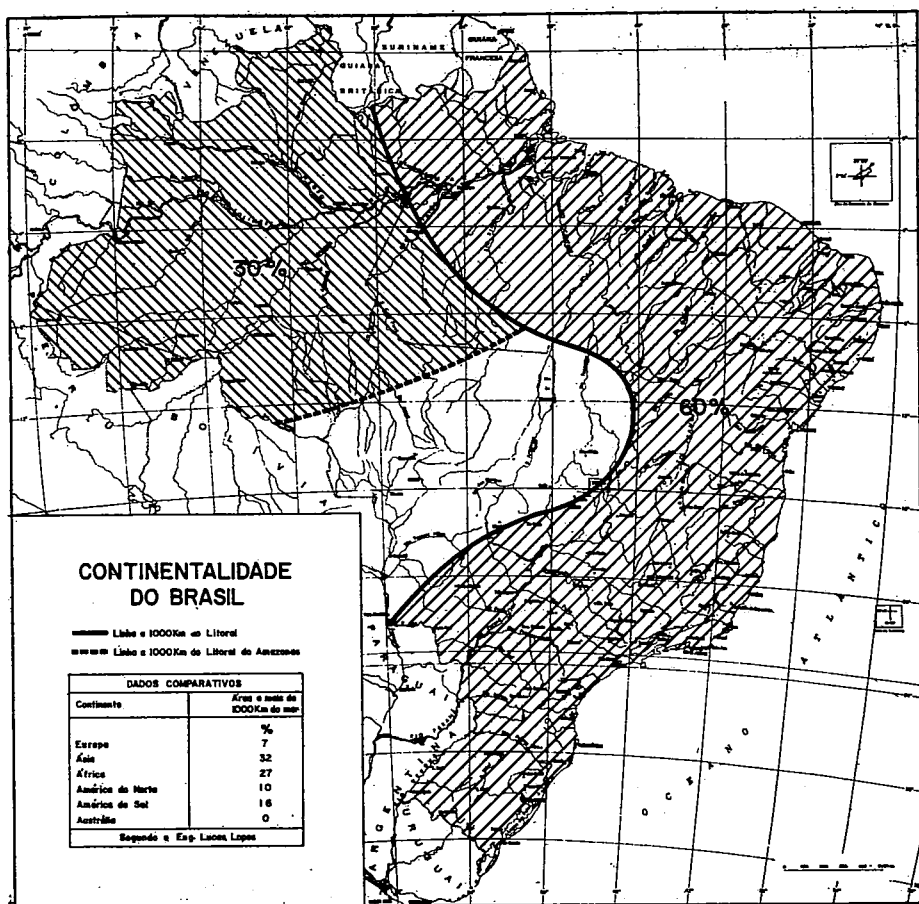
c. A POSIÇÃO DO BRASIL

Busquemos caracterizar agora, em rápida apreciação, a posição geopolítica do Brasil.

Se nos desfavorece a posição astronômica—90% da área total brasileira situada entre o equador e os trópicos e ainda mais com o máximo de alargamento aos 6º de latitude—, tais desvantagens, sob o ponto de vista climático, vêm a ser em parte compensadas pela altitude relativa do planalto e pela influência marítima que se faz sentir terras adentro.

É bem certo que, em relação ao litoral atlântico, grande é a percentagem (40%) de território nosso que se acha a distâncias superiores a 1 000 km, o que nos coloca em confronto nitidamente desfavorável com qualquer um dos continentes (Europa—7%; Ásia—32%; África—27%; América do Norte—10%; América do Sul—16%; Austrália—0%). Mas, além de que muito pequena só pode ser a valia de uma comparação unilateral como essa que põe em lugar de destaque a Austrália, a despeito de seu imenso deserto central, importa considerar que só o Amazonas—para não falar de seus tributários de maior importância, nem do alto Paraguai—prolonga até aos confins de nossas fronteiras, e para lá delas, a ação estimulante do mar, através de seu caudal fran-

ESQUEMA 8



queado a navios de alto bordo e em excelente concordância com as rotas oceânicas. Só por isso, o grau de continentalidade absoluta do território brasileiro se vê reduzido a 10% apenas, igual ao da América do Norte e pouco maior que o da Europa ao extremo recortada (esquema 8).

Sem dúvida, o Brasil é um país bem balanceado nesse jogo de forças e atrações continentais e marítimas, compensando, como assinala o General Mário Travassos, o predomínio ao sul do dinamismo continental-marítimo, pela supremacia decisiva, no

Nordeste, das ações providas do mar, enquanto na Amazônia, característica região de trânsito, se manifestam livremente a pressão dos espaços interiores e a capacidade de penetração das influências oceânicas.

Se a localização fora do populoso hemisfério terrestre, no crescente exterior ou insular em relação à Ilha do Mundo, segundo Mackinder, nos afasta dos centros de maior potência da civilização ocidental a que pertencemos e nos põe à margem dos feixes diretos da circulação mundial de riquezas—as chamadas avenidas do mundo—por outro lado, nos situa à margem também das geodésicas segundo as quais se têm manifestado até hoje, e ainda agora se estão materializando, as tensões mais fortes e perigosas dos antagonismos internacionais.

As vantagens reais de nossa situação, com um extenso litoral, não muito recortado, mas dispondo de bons portos em número satisfatório e localização conveniente, sobre o oceano de maior vitalidade do mundo, vêm reduzidas, sem dúvida, pela circunstância de que o Atlântico Sul é apenas um gólfão excêntrico do mar universal; mas, em contraposição, reforça-as apreciavelmente o fato de que o promontório nordestino, favoravelmente flanqueado ao norte por São Luís e ao sul por Salvador, domina o estrangulamento Natal-Dacar, como tantas vezes tem sido salientado e o último conflito veio a comprovar praticamente. Ademais, neste recanto do mar-oceano, não se nos defrontam senão as costas anecumênicas da África ocidental e o litoral, muito menos favorecido que o nosso, do extremo meridional do continente americano; de maneira que, regionalmente, apenas podem contar, além de nós: a União Sul-Africana, no momento a braços com os graves problemas de sua política do *apartheid* e que já elegeu mais ou menos os seus destinos no sentido da expansão continental em direção à Bechuanalândia e à Rodésia do Sul; e, do lado de cá, junto a nós, a Argentina...

Se, por outro lado, o hemisfério em que vivemos não pode escapar à sombra possante da grande nação irmã do norte que fez do Mar das Antilhas um grande lago norte-americano, e cuja expansão decidida para o sul tanto alarmou, em épocas passadas, a consciência latina nestas plagas da América, motivando as explosões de Carlos Pereyra, Blanco-Fombona, Vargas Vila e do nosso Eduardo Prado—justo é reconhecer que os imperativos de segurança e não menos os de seu gigantismo econômico levaram os Estados Unidos da América, a princípio como que a medo, mas agora resolutamente, a saírem do seu tradicional isolacionismo e a se projetarem além-mar na Europa e na Ásia, segundo uma estratégia dos espaços periféricos que Spykman tão bem formulou. Ora, essa atitude norte-americana corresponde ao afrouxamento de naturais tensões intracontinentais e tem seu paralelo no abrandamento de uma doutrina de domínio como sempre foi,

a despeito de quaisquer subterfúgios, a tese de Monroe (com ou sem corolários), para uma doutrina multilateral de segurança coletiva, na instituição de uma política de boa-vizinhança em substituição à do *big stick*, no adoçamento das práticas intervencionistas, a diplomacia dos desembarques de fuzileiros cedendo à diplomacia menos ostensiva do dólar, no reconhecimento enfim de que a união voluntária e a paz continentais são pré-requisitos indispensáveis a planos muito mais altos e, no momento, inadiáveis impostos por exigências da segurança própria, embora expressos por vezes em termos menos realistas de uma nova cruzada pela civilização da Europa.

Já não estão pensando os norte-americanos simplesmente em "completar à perfeição (o seu) conforto político", como dizia Jefferson a Monroe ao encarar "candidamente" a anexação pura e líquida de Cuba; o jogo é agora muito mais sério e as paradas mais altas. Descobrimos afinal que o globo é mais fiel que Mercator, comprazem-se em assinalar que a América do Sul está mais longe do que pensavam e constitui de fato um território de ultramar. Spykman chega mesmo a avançar que, ao sul de Natal, a América Latina é indefensável. E Walter Lippmann, ao advogar, desde 1943, uma Comunidade Atlântica, declarava textualmente:

"No Atlântico Sul é essencial a manutenção de fortes bases marítimas e aéreas na projeção oriental do Brasil. Essas bases não podem ser mantidas exclusivamente pelo Brasil, porque esse país não é um arsenal. Os brasileiros têm de ser, portanto, apoiados pelos Estados Unidos. Como não há comunicações terrestres com o Brasil, a defesa estratégica de todo o continente sul-americano do lado do Atlântico depende das comunicações marítimas.

"Contudo, ainda no caso em que nossas comunicações marítimas com a projeção do Brasil sejam asseguradas, poderíamos apenas realizar melhor uma defesa passiva... A zona que temos de defender só pode ser atacada desde região cujas vias de acesso marítimo são todas dominadas pela Inglaterra (Cidade do Cabo, Gibraltar, Freetown, Falklands)."

Isso explica em grande parte a transoceanização da política norte-americana. De um poder marítimo insular, os Estados Unidos da América evoluem para uma potência *circum-mare*, ampliando às costas fronteiriças sua zona de segurança antelitoral. É o reconhecimento definitivo de que não há mais baluartes oceânicos e de que o isolacionismo *escapista* está morto e bem morto, por mais que a favor dele se pronunciem ainda algumas vezes isoladas, como a de Herbert Hoover.

Ora, em tais circunstâncias,² quando entre nossos vizinhos hispano-americanos recrudescer indistigível uma oposição aos Estados Unidos da América que se mascara de *Terceira Posição* ou

que outro rótulo tenha, aproveitando-se exatamente daquela en-focação para além Atlântico e além Pacífico dos interesses primaciais dos norte-americanos, o Brasil parece estar em condições superiores, pela sua economia não competitiva, pela sua larga e comprovada tradição de amizade e, sobretudo, pelos trunfos de que dispõe para uma *barganha* leal—o manganês, as areias monazíticas, a posição estratégica do Nordeste e da embocadura amazônica com seu tampão da Marajó—de negociar uma aliança bilateral mais expressiva que não só nos assegure os recursos necessários para concorrermos substancialmente na segurança do Atlântico Sul e defendermos, se for o caso, aquelas áreas brasileiras tão expostas a ameaças extracontinentais, contra um ataque envolvente ao território norte-americano via Dacar—Brasil—Antilhas, mas uma aliança que, por outro lado, traduza o reconhecimento da real estatuta do Brasil nesta parte do Oceano Atlântico, posto um termo final a qualquer política bifronte e acomodaticia em relação a nosso país e à Argentina, ambas nações, por exemplo, igualmente aquinhoadas, contra todas as razões e todas as evidências, em armas de guerra naval.

Preciso é que se ressalte o fato sob todos os pontos de vista indiscutível de que, se ameaça séria já pairou e de novo se prenuncia e avoluma contra o litoral brasileiro e principalmente em relação ao Nordeste semi-árido e à Amazônia, terra ignota ainda, não é bem tal ameaça motivada por ambições colonizadoras que aqui pensem encontrar uma fonte de matérias-primas essenciais e, ao mesmo tempo, um mercado para seus produtos manufaturados. Para tal fim aí estaria a África, tradicional campo de luta dos imperialismos colonialistas, muito mais próxima, menos rebelde por certo, rica de matérias-primas valiosas e não protegida nem por um fosso tão respeitável como o Atlântico, nem por interesses vitais de uma superpotência como os E.U.A. O que nos ameaça hoje, como ontem, é uma ameaça não dirigida propriamente contra nós, mas sim indiretamente contra os Estados Unidos da América, a qual, mesmo se a entendermos subestimar dando maior ênfase à praticabilidade ainda bastante discutível de um ataque transártico, nem por isso resulta insubsistente, além de que, de forma alguma, pode desmerecer a importância estratégica do Nordeste brasileiro, não para nós que nada queremos do outro lado do Atlântico, mas para os E.U.A. que já se engajaram a fundo na defesa da Europa, como plataforma de ataque ou simplesmente de salto por sobre o oceano ao continente africano onde desde já se situa, ao norte, o cinturão de importantes bases aéreas das quais se espera deter qualquer avanço comunista para oeste e martelar o coração industrial da Rússia. Além do mais, nosso Nordeste é um amplo e inigualável porta-aviões que permitirá aos comboios norte-americanos que deman-

2. Escrito em 1952.

dem a África e a Europa, a segurança da travessia oceânica, na parte mais estreita e, portanto, menos vulnerável do Atlântico.

Ora, se assim considerarmos a realidade dos fatos e a posição singular do território brasileiro no grande conflito da hora presente em que se defrontam, realizando a clarividente profecia de Tocqueville, os E.U.A. e a Rússia, forçoso é reconhecer que a segurança e a defesa do Nordeste, do estuário amazônico e do Atlântico Sul são ônus que recaem em nós muito acrescidos agora em consequência daquele antagonismo tremendo. Não há para nós alternativa outra senão aceitá-los e aceitá-los conscientemente —pois de forma alguma poderíamos abrir mão de deveres que são exclusivamente nossos, como o da defesa da integridade do território nacional e não menos o da segurança do Atlântico Sul ao qual estão vinculadas a nossa prosperidade e, sem dúvida, a nossa sobrevivência. Mas, por outro lado, o direito de utilização de nosso território, seja para o que for, é um direito exclusivo de nossa soberania que não devemos, de forma alguma, ceder por um prato de lentilhas.

Se a geografia atribuiu à costa brasileira e a seu promontório nordestino um quase monopólio de domínio no Atlântico Sul, esse monopólio é brasileiro, deve ser exercido por nós exclusivamente, por mais que estejamos, sem tergiversações, dispostos a utilizá-lo em benefício de nossos irmãos do norte, a que nos ligam tantos e tão tradicionais laços de amizade e de interesses, e em defesa ao mesmo tempo da civilização cristã, que é a nossa, contra o imperialismo comunista de origem exótica.

Quando vemos os E.U.A. negociarem, a peso de dólares e auxílios vultosos de toda a espécie e até à custa de certos recuos, mudanças de opinião e arranhões em seu prestígio, o apoio e a cooperação de povos ou indecisos ou francamente hostis da Europa Ocidental, do Oriente Médio e da Ásia—justo nos parece façamos valer os trunfos altamente valiosos de que dispomos, para obter os meios necessários ao exercício de uma missão e um dever que decorrem da própria terra que nossos avós desbravaram e defenderam mesmo com seu sangue, contra o invasor intruso de eras passadas. Também nós podemos invocar um “destino manifesto”, tanto mais quanto ele não colide no Caribe com os de nossos irmãos maiores do norte...

E se a velha Inglaterra soube reconhecer, desde cedo, o destino norte-americano, facilitando-lhe uma política de mãos livres no continente ocidental, à sombra protetora da esquadra britânica —a Doutrina de Monroe, como bem se sabe, foi inspirada por Canning—não parece demais que os E.U.A. reconheçam também aquilo que devemos defender, a todo custo, como um direito inalienável, traçado pela própria natureza no mapa do Atlântico Sul.

Talvez o que falta deveras seja o conhecimento, por parte dos dinâmicos criadores da grandeza norte-americana, de que exista

de nosso lado uma vontade decidida de aceitar plenamente as responsabilidades que nos cabem, impulsionando uma positiva capacidade realizadora. O essencial, pois, é que nos convençamos de que “o preço do poder é a responsabilidade”, como proclama Brooks Emeny.

Se desse panorama atlântico nos volvermos à paisagem política continental, onde os perigos intrínsecos à nossa inefetiva, descontinua e mesmo, mais a noroeste, ganglionar, para não dizer nula, ocupação do território nacional já foram antes apontados —o que vemos nos circundando é uma cintura de nações a que unem, acima de quaisquer dissensões, a mesma origem hispânica, tradições históricas semelhantes e entrelaçadas e, sobretudo, a unidade lingüística, quando não tanto os costumes e a cultura hoje bastante diferenciados pela desigual contribuição dos contingentes nativos e a força modeladora do meio físico diverso. Velhas desconfianças e litígios antigos, sem dúvida, as separam, mas não parecem de molde a impedir uma composição de interesses e uma conjugação de esforços, quando se trate de satisfazer todas as ambições e todos os ressentimentos à custa do vizinho exótico, rico demais hoje em virtude de seu imperialismo prepotente, que nem pode aproveitar devidamente suas terras imensas e cuja vontade se julga andar um tanto alquebrada pela contribuição em alta dose de sangue escravo inferior...

Dentre essas nações, três avultam pelo seu potencial superior, evidenciado, em comparação com o Brasil, nos dinógrafos que organizamos, com base no efetivo populacional, na produção de carvão, aço e petróleo e no potencial hidrelético instalado: a Argentina ao sul, a Colômbia a noroeste e o Peru a oeste, para não falar do Chile que não tem fronteiras conosco (*esquema 9, páginas 58 e 59*).

Mesmo constituídos em blocos regionais—o antigo Vice-Reinado do Prata contando com o recurso da economia chilena, a Colômbia acrescida da Venezuela e do Equador—seu potencial, no momento, apresenta-se ainda bastante inferior ao do Brasil cuja maior deficiência se acha indiscutivelmente em nossa quase completa dependência do petróleo estrangeiro.

Consideremos a posição relativa desses centros continentais de poder, felizmente tão isolados uns dos outros (*esquema 10*).

Do bloco da Grã-Colômbia como do Peru nos separa, exceto na importante aberta do Rio Branco, a floresta tropical úmida que limita as penetrações às vias fluviais; e se, em relação à linha divisória, praticamente desguarnecida de ambos os lados, nessa vasta planície ainda passiva, nosso núcleo central de forças e de recursos de toda ordem se encontra enormemente distante, com ligação única pelo mar e Amazonas acima, os centros dinâmicos

ESQUEMA 10



dessas nações vizinhas, embora muito mais próximos, se acham trepados nas *mesetas* andinas do outro lado da cordilheira e também sem comunicações convenientes com a zona limítrofe. De um lado e outro, portanto, agirá a grande lei, salientada por Spykman, da proporcionalidade inversa do poder à distância em que atua.

Não parece, pois, razoável temer nesse extenso arco fronteiriço

de que Manaus é o centro geográfico—ponto de amarração naturalmente fadado para fulcro de uma ampla manobra de concentração de forças—, a eclosão súbita de um conflito ou o desencadeamento de um ataque, pelo menos sem que sejamos alertados com grande antecedência por uma sensibilização paulatina das fronteiras, um aumento progressivo da pressão exterior e uma sucessão de incidentes que prenunciem a borrasca—algo assim como o que se passou no Chaco, onde choques intermináveis pela posse dos chamados fortins precederam largamente a deflagração real da luta. Mas, por outro lado, a penetração mais ou menos dissimulada, a coberto de nosso indiferentismo e do abandono em que deixamos aquelas paragens, é coisa que bem se pode admitir para breve, que já está mesmo acontecendo segundo notícias que nos chegam daqui e dali, e que poderá acarretar no futuro consequências desastrosas. Tudo indica que levaríamos a melhor, nos ajudando o tempo, num conflito que surgisse nessas fronteiras mortas, distantes de nós mas também do adversário que por aí se manifestasse. Mas o que mais vale é antes evitar que remediar, sobretudo quando só se poderá remediar com processos drásticos e talvez sangrentos. O tamponamento efetivo dos caminhos naturais de penetração, que de além-fronteiras conduzem à Amazônia, é medida que se impõe, e se impõe com urgência, para que, como dissemos, possamos levar a cabo, quando oportuno, tranqüila e metodicamente, um plano de integração e valorização daquele imenso mundo ainda perdido.

Ao sul e S.O., a situação é bem outra.

Aqui se nos defronta o poder argentino, concentrado em um evidente núcleo central que, a grosso modo, abarca a grande capital-tentáculo de Buenos Aires e a província do mesmo nome, mais parte de La Pampa e de Santa Fé, e que se articula a N.E. com a Mesopotâmia, a N.O. com um núcleo marginal importante englobando Córdoba, Mendoza e Tucumã, e ao S., em condições precárias, com a região não-ecumênica da Patagônia cuja expressão se cifra quase que inteiramente no petróleo de Comodoro Rivadavia e no carvão de Rio Túrbio.

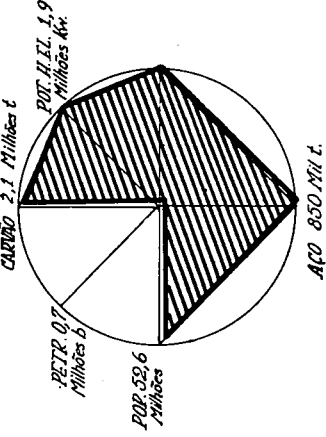
Mais ou menos tributários da Argentina, oscilando entre a desconfiança, o ressentimento e a admiração e jungidos pela dependência econômica indiscutível—o Paraguai e a Bolívia, “prisioneiros geopolíticos”, muito mais o primeiro que a segunda, valem muito pela sua posição geográfica no flanco aberto e vulnerável do Brasil meridional e central e constituem, sobretudo por sua instabilidade política e econômica, indissolúveis zonas de fricção externas onde podem vir a contender, quer queiram quer não, os interesses brasileiros e argentinos.

Muito se tem escrito desde Badia Malagrida e Mário Travassos sobre a oposição das duas grandes bacias do Amazonas e do Prata que nessa região central, reforçada de um e outro lado

DINOGRAFOS dos PAÍSES SUL-AMERICANOS

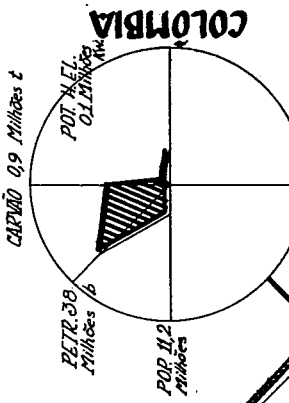
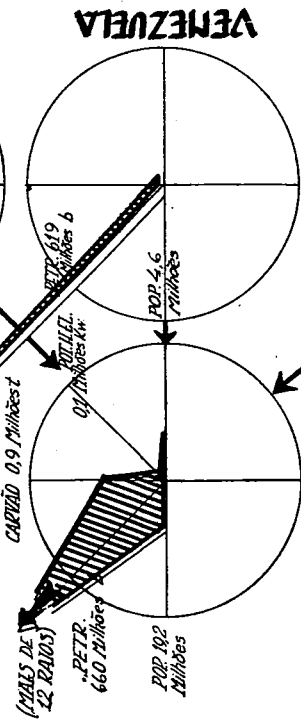
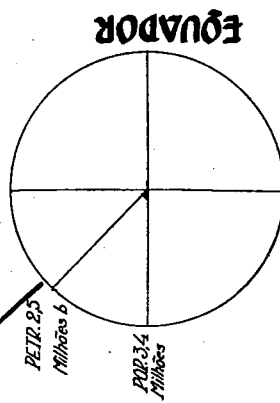
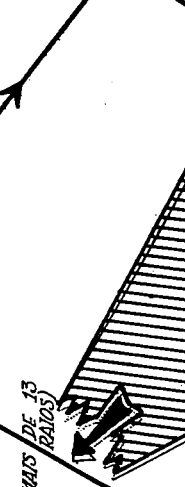
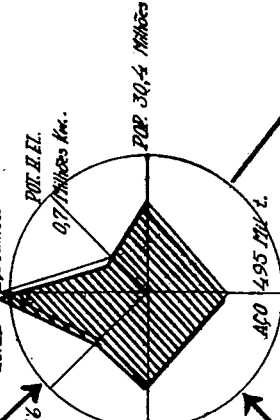
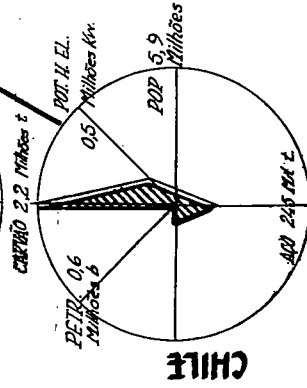
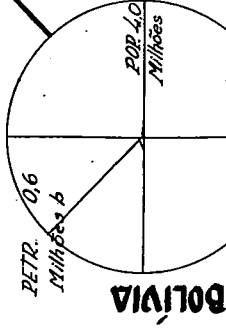
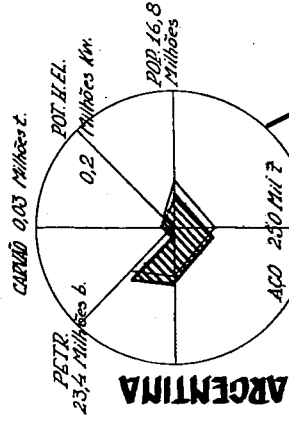
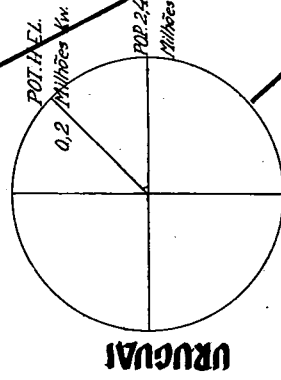
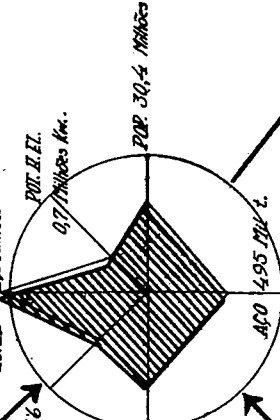
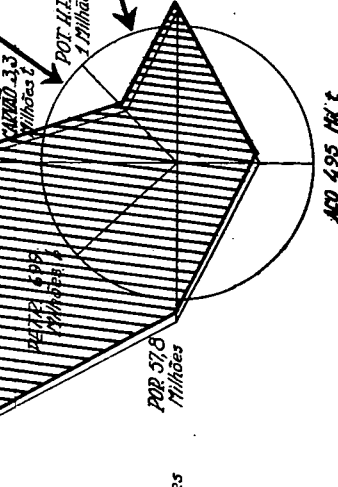
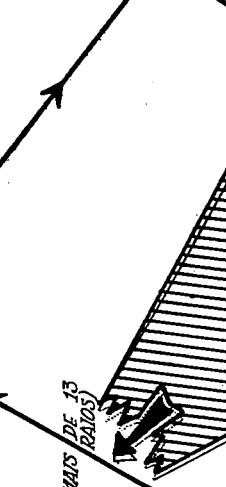
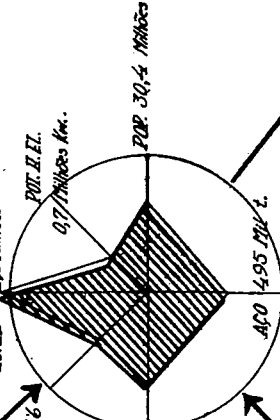
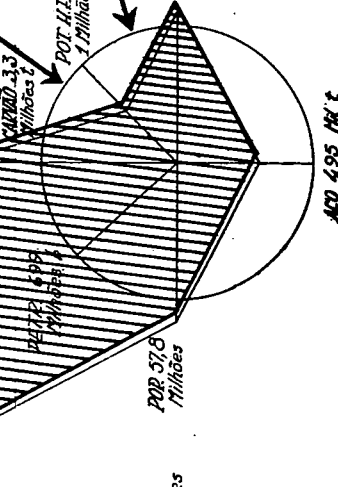
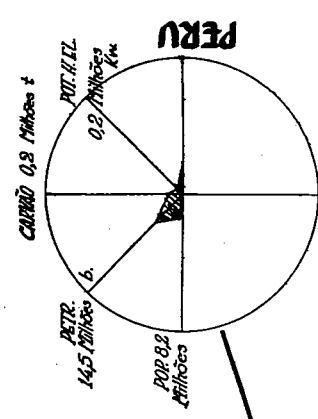
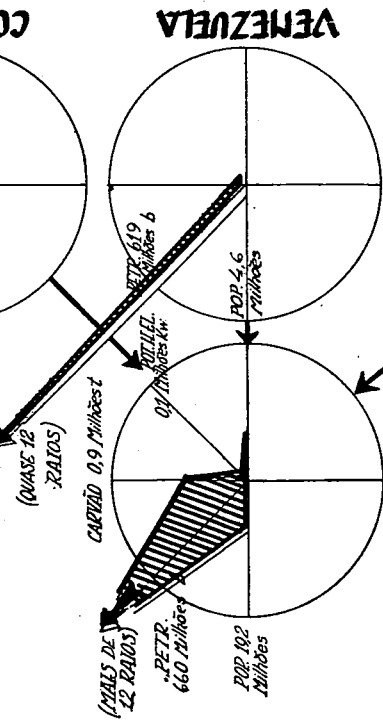
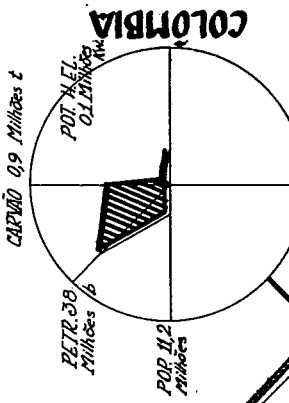
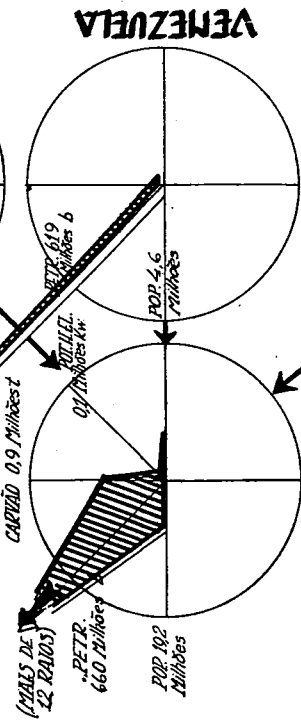
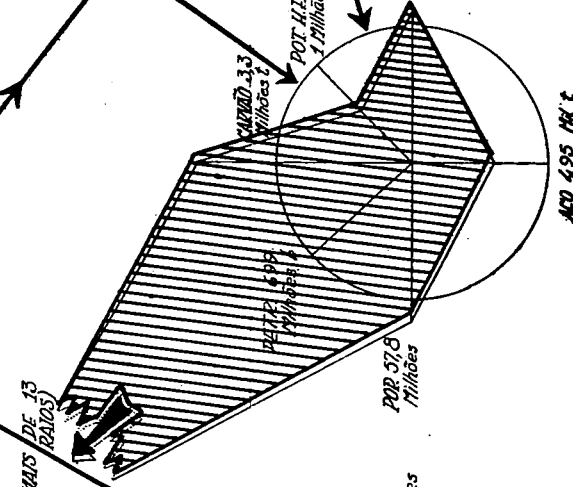
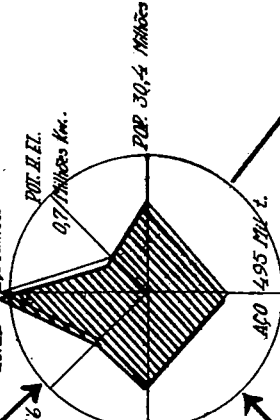
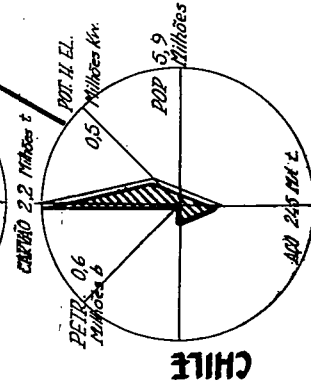
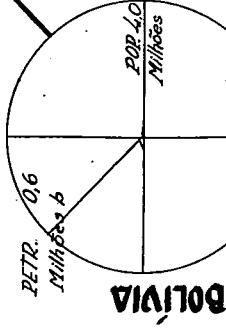
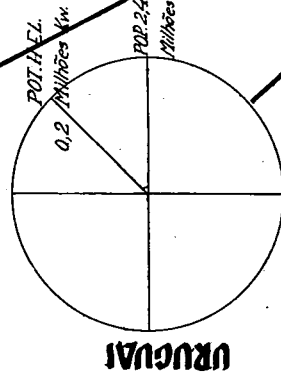
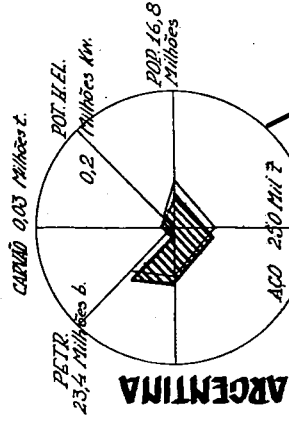
ESQUEMA 9

Brasil



REFERÊNCIA - BRASIL
 (menos para o petróleo
 RHO = 52,6 Milhões b.).

Observação - POTENCIAL DOS E.L.U.:
 POP - QUASE 3 R
 ACO - > 100 R
 PETR - > 40 R
 CARBÃO - > 200 R
 POT. H. EL. - CERCA 10 R



pela dinâmica dos transportes, se manifesta com o máximo de intensidade; sobre o antagonismo das atrações do Pacífico e do Atlântico que, através dos *nudos* e *pasos* andinos, dissociam a Bolívia, tantas vezes apontada como um “paradoxo geopolítico” ou “mero expediente da História”; bem assim sobre a eterna aspiração paraguaia de poder “respirar por dois pulmões”—para que nos detenhamos agora a reexaminar tais aspectos, sem dúvida relevantes, da geografia política sul-americana. Baste com repetir que será a vitalização e integração no ecúmeno nacional, do centro-oeste brasileiro, especialmente o Mato Grosso—placa-giratória superiormente situada nas cabeceiras comuns das duas grandes bacias hidrográficas—que permitirá afinal tudo esclarecer e definir nesse jogo múltiplo de forças que trabalham incansavelmente o coração do continente.

Mas é bem mais ao sul, onde o Uruguai, geograficamente meio brasileiro e meio platino, continua a viver e prosperar galhardamente em seu histórico papel de estado-tampão, e aí onde Las Misiones avançam como uma cunha para nordeste modelando o gargalo de Santa Catarina, que se define a linha de tensão máxima no campo sul-americano, reforçada como é pela proximidade maior dos centros de força potencialmente antagônicos, seu dinamismo e potencial superiores, a tradição de choques e conflitos que vêm desde o passado colonial e, por fim, se bem não menos importante, uma aspiração hegemônica alimentada além do Prata por uma propaganda tenaz e incansável desde os dias já longínquos de Rosas.

Aí, onde não há barreiras que valham, se encontra pois nossa verdadeira fronteira viva—a única “realmente sentida que serve de testemunho à enorme abstração da quase totalidade das linhas divisórias do imenso Brasil”, como escreveu o Embaixador Macedo Soares.

Para o norte, a tensão vai gradativamente decrescendo até anular-se ao ultrapassar o paralelo de Corumbá.

Quanto a nosso litoral meridional, de Vitória para o sul, se aí podem estender-se, mas forçosamente de muito enfraquecidas, as ações extracontinentais adversas que ameaçam diretamente o nordeste, também até aí se poderá ampliar o entrechoque de forças que se materialize no extremo-sul, mas sob a forma de ataques esporádicos de maior efeito moral que persistência ou intensidade. O núcleo brasileiro não está mal protegido detrás da barreira litorânea que, em tal caso, passará a atuar como aliada nossa, possibilitando-nos não só uma defesa imediata, mas ainda a utilização de uma rocada de norte a sul, a coberto de seu paredão íngreme.

Em conclusão, a análise da posição do território brasileiro nos conduz à seguinte configuração geral:

—um núcleo central, de importância capital, altamente sen-

sível tanto a ações externas vindas do mar como a perturbações internas instigadas de fora e cuja segurança é absolutamente indispensável à estrutura toda do sistema, relativamente bem protegido pela barreira natural da grande escarpa litorânea e sujeito a ataques, senão de grande importância, pelo menos de alto efeito moral;

—no Nordeste, uma zona de vulnerabilidade máxima a ações extracontinentais, as quais se prevêem em futuro não imediato e apenas no caso em que os E.U.A. não consigam, na eventualidade de uma 3.^a Guerra Mundial, impedir que a Rússia transborde por sobre o continente europeu e a África ocidental, circunstâncias essas em que sempre teremos assegurado o concurso inigualável daquela potência na defesa de área cuja importância é, antes de tudo, mundial;

—ao sul, estendendo-se até Mato Grosso, uma zona também de vulnerabilidade máxima, mas a possíveis ações adversas de origem regional, às quais, embora sejam menos potentes, nos teremos de opor, exclusivamente, com os meios próprios que consigamos mobilizar;

—finalmente, a leste, o Atlântico Sul, indispensável à nossa segurança e à nossa sobrevivência, sujeito tanto num como noutro caso a possíveis ações adversas que dificultarão, e talvez mesmo impeçam, nossas comunicações litorâneas com o sul atacado ou, na hipótese extracontinental, ameacem seriamente não só a navegação de cabotagem, mas até nossas ligações marítimas com os E.U.A., embora se conte seguramente, em tal emergência, com poderoso auxílio exterior.

Fora desse quadro, apenas resta na periferia amazônica uma fronteira passiva a policiar e guarnecer pela barragem dos caminhos históricos de penetração.

Com relação àquelas ameaças, mais ou menos prementes, de maior ou menor vulto, interessando somente a nós ou também a um poderoso aliado, o núcleo central brasileiro, centro dinâmico do país, está superiormente situado, o que mais uma vez demonstra a clarividência de nossos antepassados: mais distante do arco amazônico onde a ameaça é de pouca monta; menos distante do Nordeste, onde o perigo se avoluma, mas é certo o concurso norte-americano; e muito mais próximo do Sul, principal área de fricção sul-americana dada sua vulnerabilidade maior a ameaças mais diretas, mais próximas e imediatas. Quanto a possíveis ações marítimas adversas, a localização daquele núcleo, por exposto que se considere, é a melhor que se nos oferece em todo nosso litoral.

De maneira que o que mais importa é ainda articulá-lo convenientemente ao Sul, ao Nordeste e ao centro-oeste para que fique o Brasil em condições de realizar, se as circunstâncias o exigirem,

a gigantesca manobra em posição central que a geografia traçou no território nacional.

Atendem as comunicações existentes a essa finalidade? Disparamos ao pé da obra, em cada uma das regiões vulneráveis, de recursos suficientes para assegurar o êxito de uma manobra essencialmente baseada em uma mecânica de tempo e espaço? A massa de manobra central é suficiente? Estamos em condições de decidir a tempo o encaminhamento de reforços para onde se faça mister, à luz de informes que nos permitam desvendar o sinal da tormenta que se aproxima? Poderemos assegurar em condições satisfatórias nossas comunicações marítimas com o Sul e para o Norte? Achamo-nos prevenidos contra ações de sabotagem, contra a quinta-coluna, contra as práticas derrotistas nas zonas vitais do país? Está o povo psicologicamente preparado para as eventualidades de guerra que se prevêem?

Perguntas essas de importância capital que exigem meditação e resposta.

3

OS GRANDES DILEMAS BRASILEIROS

As conclusões a que chegamos pela análise, primeiro do espaço, depois da posição do Brasil, e que dizem respeito propriamente a uma geopolítica nacional visando à integração do território, de um lado, e de outro lado, à sua segurança, são, como bem se vê, de um modo geral concordantes, tanto nos objetivos que definem, como na ordem de prioridade que estabelecem.

Temos assim delimitadas 3 fases:

- 1.^a—equipamento e reforço de nossa base ecumênica, articulando-a solidamente de norte a sul, com prioridade para o sul;
—constituição de potenciais regionais que garantam o mínimo de segurança à realização da manobra estratégica considerada, potenciais esses proporcionais à importância das ameaças que se prevêem (volume, proximidade no tempo e no espaço, jogo de alianças que motivem)—máximo face ao Prata, médio no Nordeste (um arcabouço reforçável a tempo), mínimo na periferia amazônica;
- 2.^a—integração da península do centro-oeste brasileiro, equipando-a de meios que lhe permitam desempenhar seu duplo papel de sólida plataforma para um transbordamento sobre a Hiléia ou para ações visando a contrapor-

-se ao avanço para o norte de um imperialismo platino, sub-reptício ou virulento;

3.^a—incorporação da Amazônia.

Tais fases—como é evidente—não poderão ser rigorosamente exclusivas umas em relação às outras; apenas traduzem, na alta manobra geopolítica que vimos de apreciar, a aplicação do imperioso princípio da concentração de esforços no tempo e no espaço, a que nem sempre, infelizmente, temos sabido obedecer.

Importa assinalar, finalmente, que nem tudo é, porém, concórdia entre a geopolítica interna de valorização do espaço nacional e a geopolítica externa, atenta esta ao problema fundamental da segurança e da defesa. É que entre as duas se situa um grande dilema brasileiro, muito mais importante amanhã do que mesmo hoje—o do antagonismo entre as forças continentais e as atrações marítimas.

O ecúmeno brasileiro é ainda, como vimos, faixa relativamente estreita ao largo do litoral atlântico de leste e, pois, o Brasil é hoje, e sê-lo-á ainda mais no momento culminante em que haja concluído a articulação dessa sua base para futuras projeções, um grande *pais-charneira*, indeciso entre dois destinos.

De um lado, a vasta hinterlândia, quase deserta ainda, à espera de vitalização, riquezas desconhecidas que, com razão ou sem ela, a alma popular instintivamente sempre imaginou portentosas, um espaço cujo potencial de atração vem crescendo da continentalidade de outros países mediterrâneos e até mesmo de imensas áreas cisandinas de nações do Pacífico, ameaças atuais ou potenciais que só se poderão afirmar cada vez mais com o tempo e, além de tudo isso, uma geomorfologia que faz do Brasil, como bem observou Deffontaines, um país voltado para dentro e onde grandes rios e divisores indefinidos conduzem naturalmente ao coração do continente. A tradição antiga, hoje quase lendária da epopéia bandeirante, faz devanear a imaginação nacional e lhe propõe um desafio. O atual pessimismo sobre a qualidade do solo no planalto e na Hiléia não chega a desencantar esses sonhos de grandeza.

Mas do outro lado está o mar, não um mar qualquer, mas o oceano mais vivificado do mundo, caminho sem igual das civilizações modernas, que nos liga aos centros de produção e de cultura do hemisfério norte, de onde nos vêm e virão os impulsos mais fortes de renovação e de progresso, toda a técnica moderna, as ciências e as artes, do qual dependerão sempre a nossa prosperidade e, talvez em grau muito maior no futuro, a nossa segurança, e onde o vasto litoral favorável e o dominante promontório nordestino, sem falar nas duas avançadas de Fernando de Noronha e Trindade, nos abrem, sem dúvida, francas perspectivas não só de alicerçar em bases sólidas aquela prosperidade, libertando-nos de uma deplorável escravização às frotas de ban-

deiras estranhas, mas, além disso, de garantir por nós mesmos, contra quaisquer ameaças extracontinentais, nossas extensas costas vulneráveis.

É pois com uma interrogação, afinal, que encerramos este ensaio, no qual buscamos esboçar despretensiosamente traços marcantes da geopolítica brasileira, mas não o faremos sem antes assinalar que, se alguma lição definitiva, absolutamente certa e de todo indiscutível se pode tirar de uma análise, por sumária que seja, da realidade nacional em face da conjuntura mundial e, em particular, do balanço de forças no continente sul-americano, é a de que, acima desse dilema apontado entre o mar e o sertão e outros quaisquer que se vislumbrem para o Brasil, há um que domina decisivamente o momento atual.

É que ao Brasil, na hora presente, só há uma escolha: engrandecer-se ou perecer. E para não perecer é necessário aceitar aquele sábio conselho de Washington:

"Deveis ter sempre em vista que é loucura o esperar uma nação favores desinteressados de outra; e que tudo quanto uma nação recebe como favor terá de pagar mais tarde com uma parte da sua independência."

Pois tal é a mensagem também desta terra imensa e ainda adormecida, ao homem brasileiro que a habita, nela vive, sofre, trabalha, sonha e deve construir hoje, pelo próprio esforço e pelo sacrifício próprio, a grandeza de amanhã—mensagem que é um *leit-motiv* a ressoar a nossos ouvidos como aquelas quatro notas imperiosas com que o gênio de Beethoven descerra a magistral catadupa de sons de sua *Quinta Sinfonia*:

"O Destino bate à porta!"

Rio, 1952

BIBLIOGRAFIA

1. *The Great Powers in World Politics*, Frank H. Simonds and Brooks Emeny, American Book Co., E.U.A., 1939.
2. *Geopolitics in Principle and Practice*, Russell H. Fifield and G. Etzel Percy, Ginn & Co., E.U.A., 1944.
3. *World Political Geography*, G. Etzel Percy, Russell H. Fifield and associates, Thomas Crowell Co., E.U.A., 1952.
4. *The Earth and the State (Geografia Política)*, Derwent Whittlesey, trad. Fondo de Cultura Económica, México, 1948.
5. *Tratado General de Geopolítica*, Dr. J. Vicens Vives, Univ. Barcelona, 1950.
6. *German Strategy of World Conquest*, Derwent Whittlesey, Charles C. Colby and Richard Hartshorne, Farrar and Rinehart, Inc., Canadá, 1942.
7. *Foundations of National Power*, Harold and Margaret Sprout, editors, Princeton University Press, E.U.A., 1945.
8. *Geografia de América*, Oscar Schmieder, Fondo de Cultura Económica, México, 1946.

9. *Mainsprings of World Politics*, Brooks Emeny, Foreign Policy Association, 1945.
10. *Total Power*, Edmund A. Walsh, S. J., Doubleday & Co. Inc., 1948.
11. *The Axis Grand Strategy*, Ladislav Farago, editor, Military Serv. Publishing Co., 1942.
12. *Geopolítica do Brasil*, Brigadeiro Lysias A. Rodrigues, Biblioteca Militar, 1947.
13. *Makers of Modern Strategy*, Edward Mead Earle, editor, Princeton University Press, 1944.
14. *Brazil—Portrait of Half a Continent*, T. Lynn Smith, and Alexander Marchant, editors, The Dryden Press.
15. *University of Miami Hispanic-American Studies*, Robert E. McNicoll & J. Riis Owre, editors, U.S.A., 1941.
16. *Latin America*, Robert S. Platt, McGraw-Hill Book Co. Inc., U.S.A., 1943.
17. *América del Sur*, E. W. Shanahan, M. A., Ed. Omega S. A., Barcelona, 1950.
18. *Geografia Universal*, P. Vidal de la Blache e L. Gallois, Tomo XX, *América del Sur* (por Pierre Denis), Montaner y Simon S. A., Barcelona, 1947.
19. *Geographical Foundations of National Power*, Army Service Forces Manual, M 103-3, 1944.
20. *La Politique des Etats et leur Géographie*, Jean Gottmann, Armand Colin, Paris, 1952.
21. *Projeção Continental do Brasil*, Gen. Mário Travassos, Brasiliana, 1938.
22. *Geografia Política*, Arthur Dix, Ed. Labor, Barcelona.
23. *Geopolítica*, Jorge Edmundo Jasson e Luis Perlinger, Biblioteca del Oficial, Círculo Militar, Argentina, 1948.
24. *U.S. Foreign Policy: Shield of the Republic*, Walter Lippmann, Little, Brown & Co., Boston, 1943.
25. *Geopolítica*, Robert Strausz-Hupé, Editorial Hermes, México.
26. *Geopolítica—Generales y Geógrafos*, Hans W. Weigert, Fondo de Cultura Económica, México.
27. *Compass of the World*, Hans W. Weigert & Vilhjalmur Stefansson, The Macmillan Co., E.U.A., 1944.
28. *Total Peace*, Ely Culbertson, Doubleday, Doran & Co., NY., 1943.
29. *Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras*, Gen. Mário Travassos, José Olympio, 1942.
30. *El Factor Geográfico en la Política Sud-americana*, Carlos Badia Malagrida, Madrid.
31. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, Emb. Macedo Soares.
32. *As Condições Geográficas e o Problema Militar Brasileiro*, Gen. Mário Travassos, Sep. Defesa Nacional.
33. *Geography in the 20th Century*, Griffith Taylor, editor, Philosophical Library, U.S.A., 1951.
34. *International Politics*, Frederick L. Schuman, McGraw-Hill Book Co., U.S.A., 1941.
35. *International Relations*, Strausz-Hupé & Posony, E.U.A.
36. *Democratic Ideals and Reality*, Sir Halford J. Mackinder, NY., 1942.
37. *America's Strategy in World Politics*, Nicholas Spykman, NY., 1942.
38. *The Influence of Sea Power Upon History*, Mahan, Little Brow & Co., U.S.A.
39. *A Geopolítica Geral e do Brasil*, Everardo Backheuser, Biblioteca do Exército, Rio, 1952.
40. *The Air Future*, Burnet Hershey, Duell, Sloan & Pearce, New York, 1943.